



N.º 16 | Dezembro 2008

[<http://www.almadan.publ.pt>]

I Sumário

II Editorial | Jorge Raposo

Arqueologia

III Dois Bronzes de Entidades Tutelares da cidade romana de Bracara Augusta | Rui Morais

IV Escavações Arqueológicas no Quarteirão dos Antigos CTT (Braga): resultados preliminares | Luís Fontes et al.

V A Necrópole Romana da Qtª da Torrinha / Qtª de Stº António: incursão ao universo funerário, paleodemográfico e morfométrico | Sandra Assis e Rui Pedro Barbosa

VI Levantamento Arqueológico do Concelho de Tábua | Suzana Pombo dos Santos

VII Uma Primeira Leitura da Carta Arqueológica de Avis | Ana Ribeiro

VIII A Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas: um projecto de investigação | Tânia Manuel Casimiro

IX A Faiança Portuguesa no Mosteiro de S. João de Tarouca: metodologia e resultados preliminares | Luís Sebastian e Ana Sampaio e Castro

X Sepulturas Escavadas na Rocha do Monte do Biscaia | Joana Valdez, Filipa Pinto e João Nisa

XI Pertinência da análise bioantropológica em espólio osteológico humano descontextualizado: A Necrópole da Igreja Matriz de Montalvão | António Matias e Cláudia Costa

XII A Muşalla do Hişn Tırruş / / Torrão: uma hipótese de trabalho | António Rafael Carvalho

XIII Os Sítios do Paleolítico Médio na Margem Esquerda do Estuário do Tejo | Rui Miguel Correia

Opinião

XIV A Relação entre o Parque Arqueológico do Vale do Côa e a População Local: balanço da primeira década | António Batarda Fernandes et al.

XV O Papel da Bioantropologia: violência interpessoal, ritual e guerra primitiva nos restos osteológicos humanos | Luís Faria e Eunice Gomes

XVI A Ausência da Análise Etnográfica e Experimental no estudo da cerâmica pré-histórica em Portugal | Gonçalo de Carvalho Amaro

XVII A Influência dos Modelos de Importação de Cerâmica Fina nas produções madeirenses do século XVII | Élvio Duarte M. Sousa

Património

XVIII Um Passeio Geológico na Almada Oitocentista | José M. Brandão

XIX Livros

XX Notícias: eventos científicos

XXI Notícias: actividade arqueológica

ficha técnica

al-madan IIª Série, n.º 16, Dezembro 2008

al-madan online / adenda electrónica

Propriedade

Centro de Arqueologia de Almada
Apartado 603 EC Pragal
2801-601 Almada PORTUGAL
Tel. / Fax 212 766 975

E-mail secretariado@caa.org.pt

Registo de imprensa 108998

[Http://www.almadan.publ.pt](http://www.almadan.publ.pt)

ISSN 0871-066X Depósito Legal 92457/95

Director Jorge Raposo (director.almadan@clix.pt)

Conselho Científico Amílcar Guerra, António Nabais,
Luís Raposo, Carlos Marques da Silva e Carlos Tavares da Silva

Redacção Rui Eduardo Botas, Ana Luísa Duarte,
Elisabete Gonçalves e Francisco Silva

Colunistas Mário Varela Gomes, Amílcar Guerra, Vítor Mestre,
Luís Raposo, António Manuel Silva e Carlos Marques da Silva

Colaboram na edição em papel Ass. Prof. Arqueólogos, Mila Abreu, Alexandrina Afonso, M.ª José Almeida, Miguel Almeida, Clementino Amaro, Thierry Aubry, A. Martinho Baptista, Patrícia Bargão, Lília Basílio, José Bettencourt, Francisco Caramelo, Guilherme Cardoso, António Chénery, Com. Org. 1.º CPAE, Mónica Corga, Dalila Correia, Miguel Correia, Virgílio H. Correia, Eugénia Cunha, Lino T. Dias, Ana L. Duarte, José d'Encarnação, Carlos Fabião, Luís Faria, A. Batarda Fernandes, M.ª Teresa Ferreira, António Fialho, Jorge Freire, Mauro Frota, Eunice A. Gomes, M. Varela Gomes, António Gonzalez, Raquel Granja, Amílcar Guerra, Martine Guindeira, Rosa Jardim, António Jerónimo, Patrícia Jorge, Miguel Lago, Alexandra C. Lima, Luís Luís, Isabel Luna, Ludovino Malhadas, Andrea Martins, Isabel Mateus, Simão Mateus, Henrique Mendes, Marta Mendes, Vítor Mestre, Mário Monteiro, Elena Moran, Nuno Neto, César Neves, M.ª João Neves, José Norton, Luiz Oosterbeek, Rui Parreira, Rodrigo M. Pereira, João Pimenta, M.ª João Pina, Filipe S. Pinto, J. Carlos Quaresma, Sara Ramos, Jorge Raposo, Luís Raposo, Paulo Rebelo, Aldina Regalo, Fabian Reicherdt, Anabela P. Sá, Jorge D. Sampaio, André T. Santos, Raquel Santos, António M. Silva, Carlos M. da Silva, André Teixeira e António C. Valera

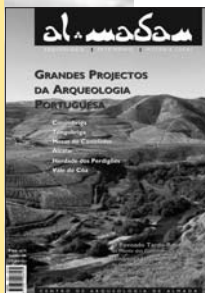
Colaboram na Adenda Electrónica Elisa Albuquerque, Miguel Almeida, Gonçalo C. Amaro, Sandra Assis, Thierry Aubry, Rui P. Barbosa, Pedro Barros, Lília Basílio, Delfina Bazaréu, Cristina Vilas Boas, José Braga, José M. Brandão, António R. Carvalho, Com. Org. 1.º CPAE, J. Muralha Cardoso, Bárbara Carvalho, Tânia M. Casimiro, Ana Sampaio e Castro, Dalila Correia, Rui Miguel B. Correia, Cláudia Costa, Eugénia Cunha, Fernando Dias, José d'Encarnação, Luís Faria, A. Batarda Fernandes, M.ª Teresa Ferreira, Luís Fontes, Eunice Gomes, Sérgio Gomes, Amílcar Guerra, Vítor O. Jorge, Ângela Junqueiro, M.ª Fernanda Lourenço, Luís Luís, Fernanda Magalhães, Jaime J. Marques, Andrea Martins, Manuela Martins, António Matias, Samuel Melo, Marta Mendes, Rui Morais, César Neves, M.ª João Neves, Lurdes Nieuwendam, Susana Nunes, Filipa Pinto, Pedro Pinto, João Nisa, Ana Ribeiro, Jorge Sampaio, Constança G. Santos, Raquel Santos, Susana P. Santos, Luís Sebastian, José Sendas, Francisco Silva, Elvino Duarte M. Sousa, Joana Valdez, Ana M. Vale e Gonçalo Leite Velho

Publicidade Elisabete Gonçalves**Apoio administrativo** Palmira Lourenço

Resumos Jorge Raposo (português), Luisa Pinho (inglês)
e Maria Isabel dos Santos (francês)

Modelo gráfico Vera Almeida e Jorge Raposo**Paginação electrónica** Jorge Raposo**Tratamento de imagem e ilustração** Jorge Raposo**Revisão** M.ª Graziela Duarte, Fernanda Lourenço e Sónia Tchissolle**Impressão** A Triunfadora, Artes Gráficas Ld.ª**Distribuição** CAA | <http://www.almadan.publ.pt>**Tiragem da edição em papel** 1000 exemplares**Periodicidade** Anual**Apoios** Câmara Municipal de Almada e Câmara Municipal do Seixal**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Capa Jorge Raposo

Vale do Côa e Quinta da Ervamoira.

Fotografia © António Martinho Baptista / PAVC

Uma das consequências não despidiendas da extinção do Instituto Português de Arqueologia (IPA), cujas atribuições e competências foram remetidas para o actual Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), foi a redução do panorama editorial da Arqueologia portuguesa, com os responsáveis da tutela a entenderem “não prioritária” a manutenção da *Revista Portuguesa de Arqueologia* e da série monográfica *Trabalhos de Arqueologia*. Ambas haviam sido lançadas ou retomadas pelo IPA, com a primeira a registar 19 edições (duas por ano entre 1998 e 2006 e uma última em 2007) e a segunda a chegar ao número 50 (atingido com as quatro edições de 2007), materializando a aposta consequente no fomento da publicação científica, uma das atribuições cometidas a esse Instituto na respectiva Lei Orgânica. É verdade que documento equivalente também confere aos IGESPAR a missão de “*coordenar, no âmbito do Ministério da Cultura, a actividade de divulgação editorial e de promoção nas áreas do património cultural arquitectónico e arqueológico*”. Mas, assumidamente, o seu exercício não é prioridade... pelo menos no que respeita à RPA e aos TA.

Sucede isto numa altura em que se agravam as condições de sobrevivência para outros projectos editoriais de continuidade, sejam estes de natureza estritamente científica ou de âmbito mais geral, direccionados para a divulgação e promoção da cultura científica junto de públicos diversificados, enquanto instrumentos de mediação, partilha e sociabilização do conhecimento arqueológico e da sua interacção crescente com outras áreas do saber. Face ao alheamento da administração pública central, à situação vão resistindo, melhor ou pior, revistas e seriados produzidos em contexto universitário, com apoios da administração local ou resultantes de estratégias de afirmação empresarial. Porém, a resistência é mais difícil quando o suporte assenta em estruturas organizativas independentes e de recursos económicos e financeiros mais frágeis.

É o caso da *Al-Madan* e do Centro de Arqueologia de Almada, que se debatem com uma evidente contradição. Por um lado, é crescente o número de autores que procuram a revista como meio de divulgação dos seus trabalhos, quer na edição impressa quer na complementar *Al-Madan Online* - Adenda Electrónica (<http://www.almadan.publ.pt>). Por outro, avolumam-se os constrangimentos orçamentais decorrentes da subida dos custos de produção e da diminuição das receitas – reduzem-se as vendas, não porque a revista perca interesse junto dos potenciais leitores, mas porque crescem as dificuldades de distribuição, reduzem-se os postos de venda e aumenta o número dos que não pagam a tempo os materiais facturados; diminuem as receitas de publicidade porque a crise afecta as instituições potencialmente interessadas; por fim, com honrosa excepção dos municípios de Almada e do Seixal, diminuem também os apoios institucionais que vêm contribuindo para o equilíbrio sustentado do projecto.

Enfim... veremos o que o futuro nos reserva.

Jorge Raposo

A Muṣalla

do Ḥiṣn Ṭurruš / Torrão

uma hipótese de trabalho

por António Rafael Carvalho

Arqueólogo. Gabinete de Arqueologia do Município de Alcácer do Sal.

1. Introdução

Após a elaboração de um estudo preliminar sobre a *muṣalla* existente no Torrão do Alentejo, que se encontra disponível em formato digital no *site* do Município de Alcácer do Sal¹, achámos que seria oportuno apresentar este trabalho, que deve ser entendido como uma síntese do estudo atrás referido.

Para uma melhor clarificação e fundamentação de algumas das leituras exposta nesta síntese, deve o leitor consultar o trabalho supra citado².

Um estudo desta natureza³, centrado num castelo referido uma só vez por cronistas muçulmanos⁴, localizado numa região periférica do *al-Andalus*, junto ao Atlântico, transforma-se num desafio difícil de superar, se o nosso objectivo for a integração cultural de uma estrutura construída em alvenaria e taipa⁵, de cronologia indeterminada, recuperada ao longo dos séculos e adocada a um convento de Clarissas, que apresenta uma disposição arquitectónica no terreno idêntica a uma *muṣalla* / mesquita a céu aberto.

O que os deu ânimo para prosseguir um trabalho desta natureza, longamente pensado desde 2006, foi a hipótese por nós defendida desde 2005, de que o *Ḥiṣn Ṭurruš* mencionado por *Ibn 'Idārī Al-Marrākuṣī*, no relato que efectua sobre a derrota almóada de 1184 junto a Santarém, corresponde ao actual Torrão do Alentejo.

Ao longo de 2007 e 2008, aprofundámos a investigação sobre os aspectos políticos, institucionais, sociais e culturais do Califado Almóada (*Muwahhīd* ou *Unitários-perante Deus*, nome pelo qual ficaram conhecidos os almóadas).

Foi igualmente proveitoso analisar⁶ o sistema político, social, ideológico e militar dos herdeiros do Califado *Muwahhīd*, tanto no *al-Andalus*⁷ como no Magreb⁸.

2. Breve nota bibliográfica do cronista *Ibn 'Idārī Al-Marrākuṣī*⁹

Nome completo: *Abū l-'Abbās Aḥmad b. Muḥammad b. 'Idārī Al-Marrākuṣī*.

A sua vida é pouco conhecida, somente se sabendo que viveu durante a segunda metade do século XIII e inícios do XIV. Desconhecemos a sua formação intelectual, mas terá desempenhado o cargo de *qā'id*¹⁰ de Fez.

Boloix Gallardo não tem dúvidas em afirmar que estamos perante um cronista que teve uma grande vocação como historiador, demonstrando ter um bom conhecimento da história dos califas, dos imãs e de emires do Próximo Oriente.

A sua obra mais famosa e que é o suporte documental deste trabalho é o chamado *Al-Bayān al-Mugrib fi ijtisār ajbār muluk al-Andalus wa al-Magrib*.

Não sabemos em que ano terá começado a redigir a obra, sabendo-se unicamente que ainda estava a ser escrita em 1312-3¹¹.

¹ CARVALHO 2008e.

² O referido estudo apresenta-se estruturado em três partes. Nesta síntese, mantemos com poucas alterações a primeira e a segunda parte, que efectua a leitura da estrutura.

³ Ausência no local de outra documentação arqueológica, para além da estrutura em si.

⁴ *Ibn 'Idārī Al-Marrākuṣī*, segundo HUICI MIRANDA 1953: 78.

⁵ Conhecida localmente com o nome de "muralha".

⁶ Em termos cronológicos, privilegiámos o século XIII.

⁷ Caso do efémero emirato andaluz de *Ibn Hud*, do reino de Niebla, do reino de Múrcia e do reino nazarí de Granada.

⁸ O emirato dos *Banū 'Azaf* de Ceuta, o reino dos *Banū Zayyān* de Tremecén, o emirato dos *Banū Ḥafṣ* na Ifríqiya e o reino Merínida de Fez.

⁹ Seguimos de perto as notas críticas e bibliográficas efectuadas por VIGUERA MOLINS 1997c e BOLOIX GALLARDO 2007: 4-7.

¹⁰ Governador de carácter militar.

¹¹ BOLOIX GALLARDO 2007: 5.

r e s u m o

Síntese de estudo sobre estrutura religiosa muçulmana identificada em 2006 na vila do Torrão (Alcácer do Sal, Setúbal), a maior conhecida no território português.

No contexto do debate sobre o papel da região em período islâmico, o autor procura interpretar o sítio e as características arquitectónicas, cronologia e funções do edifício, que classifica como mesquita a céu aberto (*musalla*).

p a l a v r a s c h a v e

Idade Média (islâmico); Arquitectura funerária; Mesquita.

a b s t r a c t

Summary of the study of a Muslim religious structure identified in 2006 in Torrão (Alcácer do Sal, Setúbal), the largest known in Portugal.

Discussing the role of the region during the Islamic period, the author interprets the site and its archaeological characteristics, as well as the chronology and function of the building, which he classifies as an open air mosque (*musalla*).

k e y w o r d s

Middle Ages (Islamic); Funerary architecture; Mosque.

r é s u m é

Synthèse de l'étude sur une structure religieuse musulmane identifiée en 2006 dans le village de Torrão (Alcácer do Sal, Setúbal), la plus grande connue sur le territoire portugais.

Dans le contexte du débat sur le rôle de la région pendant la période islamique, l'auteur cherche à interpréter le site et les caractéristiques architectoniques, la chronologie et les fonctions du bâtiment qu'il classe comme une mosquée à ciel ouvert (*musalla*).

m o t s c l é s

Moyen Âge (islamique); Architecture funéraire; Mosquée.

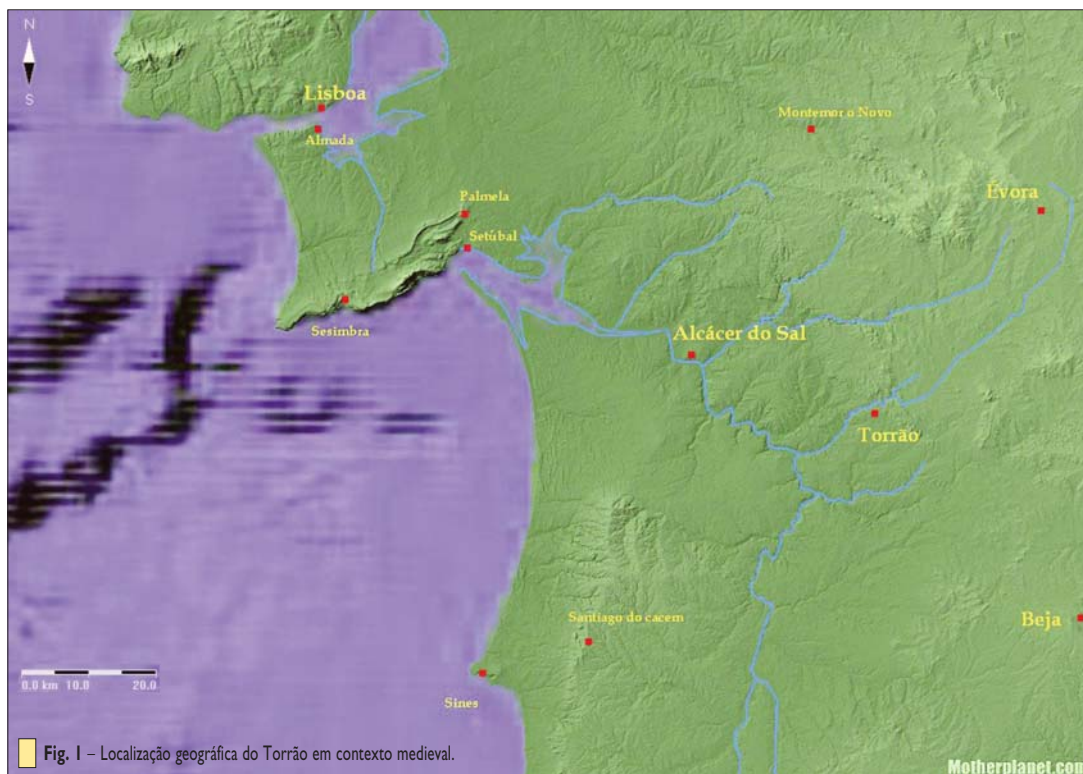


Fig. 1 – Localização geográfica do Torrão em contexto medieval.

A Crónica divide-se em três partes e versa sobre a História do Norte de África / *Ifriqiya*. É na primeira parte da obra, que vai desde a conquista do Egipto em 640-1 e termina com a tomada da medina tunisina de *al-Mahdiyya* pelos almóadas em 1205-6, que é relatado o episódio de Santarém e a conquista do *Ḥiṣn Ṭurruṣ* / Torrão.

Temos que ter a noção que o autor regista ao longo da sua vasta obra os acontecimentos que consideramos mais importantes no reinado de cada califa almóada.

É perceptível que o cronista tem dificuldade em relatar a derrota almóada em Santarém. Percebe-se que tenta minorar os aspectos desprestigiantes aí ocorridos e procura amenizar o desastre militar perante um adversário cristão presente em menor número e cercado dentro de muralhas.

A conquista do castelo do Torrão parece ser a única operação bélica com sucesso nesta campanha.

Um facto que defendemos ter ocorrido no Torrão e que o cronista omite deliberadamente, terá sido o falecimento do califa almóada *Abū Ya'qūb Yūsuf I*, dentro da sua tenda.

A fonte consultada, na página 79, refere textualmente que o soberano terá morrido algures após o exército ter cruzado o rio Guadiana (sic.) – “*Se dice que al ir a verlo, lagunas millas después, fue encontrado muerto, el 18 de Rabi 'al-ajir del año 580 – 29 de Julio del 1184*”.

Contudo, imediatamente no texto seguinte da mesma crónica do *al-Bayān I*, na página 82, deparamo-nos com a seguinte informação (sic.) – “*Dice otro, que murió sobre el Lomo de su caballo en el camino de Évora y que al atenderlo el que estaba a*

su servicio lo encontró muerto, y se dice que la causa de su muerte fue una saeta de arbaleta que lo alcanzó, estando en su tienda, sobre Santarém. Refieren esto algunos historiadores, como Abū-l-Ḥusayn b. Abī Muḥammad, el de Gerez, y otros”.

Ou seja, o cronista *Ibn 'Idārī* desconhece (ou omite deliberadamente) o local exacto da morte do soberano Almóada, porque essa informação sensível terá sido considerada segredo de estado. Oficialmente só se comunica essa informação após a chegada das tropas a Sevilha.

Apesar das dúvidas patentes na referida crónica, uma leitura crítica permite evidenciar

um elemento comum, perceptível nas duas versões, ainda que diferentes: o califa morreu após a conquista do castelo do Torrão.

Perante esta problemática, a imponente mesquita a céu aberto existente no Torrão só tem sentido para nós como espaço de memória directamente ligado à morte e “*martirio*” do soberano almóada numa campanha de *Yihād* ¹², o que nos autoriza supor que o califa terá efectivamente morrido no Torrão, no sítio onde se localiza a *muṣalla*.

3. A identificação do “monumento”

Até 2004, a presença islâmica no Torrão continuava um problema mal resolvido.

Alguns investigadores avançavam uma vaga hipótese de ter existido uma ocupação islâmica no Torrão, baseados mais numa lógica de continuidade de povoamento entre a fase islâmica e a posterior consolidação deste espaço do Baixo Sado em contexto Português ¹³.

Na realidade, nada de concreto parecia existir para fundamentar esta “*leitura de continuidade*” ¹⁴, dada a ausência de documentação alusiva à questão, tanto no âmbito arqueológico, como nas crónicas deixadas por autores muçulmanos e cristãos.

A única intervenção arqueológica ocorrida na área urbana do Torrão decorreu no século XX, no sítio dos Castelos ¹⁵. Segundo Tavares da Silva e Joaquina Soares, a documentação arqueológica exumada foi inserida cronologicamente na Pré-História e a restante englobada na Baixa Idade Média (contexto cristão) ¹⁶ e no Período Moderno.

¹² Esforço pessoal, que se divide em grande *yihād* (meditação e purificação espiritual) e pequena *yihād* (guerra militar contra o não crente).

¹³ De facto, não tinha sentido o abandono de um vasto território, localizado estrategicamente entre Alcácer, Évora e Beja e com boas aptidões agrícolas, em contexto islâmico.

¹⁴ Entre a Antiguidade Tardia e a instalação do domínio português, em meados do século XIII.

¹⁵ SILVA e SOARES 1986.

¹⁶ Não é de admirar esta cronologia lata e a ausência de estudo das referidas cerâmicas medievais e modernas, porque na década de 80 do século passado desconhecíamos totalmente as formas, as tipologias e as suas variáveis regionais de cronologia islâmica. Infelizmente esse conjunto, ainda se mantém inédito até hoje!

Em termos históricos, a vila do Torrão e o seu castelo só emergiam na documentação medieval cristã após 1249, integrada no Reino de Portugal e sob a jurisdição da poderosa Ordem de Santiago.

Era esta a leitura histórica do Torrão, que persistiu durante séculos até ao início do século XXI.

O pároco da vila no século XVIII ¹⁷, em 1758, na resposta que nos deixou ¹⁸, escreveu a dada altura em relação à fundação da Fonte Santa (sic): “... e dizem ser obra dos Mouros; o que não duvido; porque ainda a terra cheira muito deles, e se vê, que a maior parte das gentes é preta, e muito disfarçada, ou já com os alvear; e muitos com o Habito de S. Francisco”.

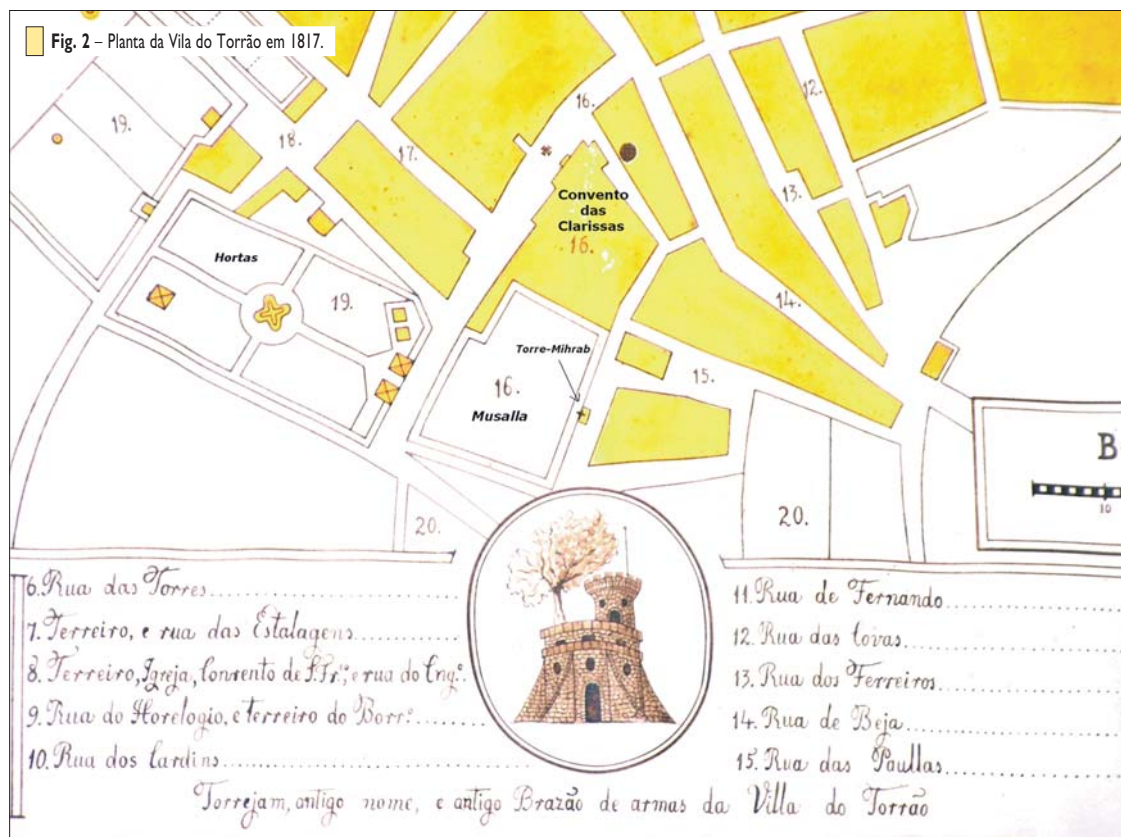
Este fragmento de texto leva-nos directamente para o âmbito da cultura imaterial do Torrão, testemunho eloquente de uma forte presença islâmica ¹⁹ que terá moldado a “matriz cultural dos torranenses” e, como tal, ficou gravada na “memória popular”, resistindo à erosão implacável do tempo e das perseguições da poderosa Inquisição de Évora, instalada mesmo “aqui ao lado”.

Foi numa visita de rotina à vila do Torrão, no mês de Abril de 2006, ainda no tempo do Vereador João Carlos Faria, que, por mero acaso, identificámos numa ruela escondida uma torre adossada à cerca conventual das freiras clarissas do Torrão, que neste local é conhecida como a “muralha”.

A existência de um potente muro, de desenvolvimento rectilíneo, com um comprimento de mais de 62 m, por 3,5 m de altura, associado a uma torre, causou-nos surpresa, dado tratar-se de uma solução arquitectónica invulgar, inserida num contexto conventual para o qual não fazia sentido, partindo do pressuposto que estaríamos em presença de uma “simples cerca”, para demarcar terrenos agrícolas!

De início pusemos a hipótese de se tratar do resto de uma hipotética cerca amuralhada da vila. Contudo, a sua distância em relação ao castelo, a topografia do espaço urbano e o seu desenvolvimento espacial a meia encosta, “desafiando a orografia do local”, impunham naturalmente uma outra génese para esta estrutura ²⁰.

Intrigados com o achado, procedemos à análise detalhada da planta actual da vila do Torrão e também de uma outra, datada de 1817.



Foi só no decurso de trabalho de gabinete que nos apercebemos da expressão arquitectónica que esta cerca tinha em termos de implantação topográfica, no conjunto da malha urbana do Torrão.

Imediatamente, verificámos que esta “cerca / muralha” apresentava anomalias na sua intersecção ao corpo principal do edifício conventual, facto que nos intrigou!

Em síntese, identificámos (em planta) duas estruturas arquitectónicas de génese diferente, que foram adossadas posteriormente: o conjunto conventual das Clarissas (incluindo o claustro e uma primeira cerca conventual) e o que denominámos de “segunda cerca”, que corresponde à *musalla*.

Outro elemento desta “cerca” que nos despertou imediatamente a atenção foi a existência de uma potente torre, que desde logo imprimia uma leitura “militarizada” ao espaço, em directo desacordo com um “programa arquitectónico de natureza religiosa”, que um convento naturalmente encerra.

Estranhámos, contudo, a disposição do muro adossado à “torre”, que, desafiando a topografia do lugar, tinha um desenvolvimento rectilíneo ao longo de mais de 61 m e parecia condicionar a posição central da torre, denunciando deste modo a existência de um “programa arquitectónico” de raiz, ou seja: o muro e a torre estariam associados entre si.

Tratando-se de um conjunto conventual, do início do Período Moderno, começámos por procurar paralelos em contextos arquitectónicos coevos, mas depressa verificámos a inexistência de referências tipológicas.

¹⁷ O Pároco Francisco Carneiro e Alves.

¹⁸ Inserida numa colectânea de manuscritos, nunca publicados na íntegra, que receberam o nome de *Memórias Paraquiais* (ALVES 1758).

¹⁹ Para uma abordagem mais detalhada sobre a islamização na região do Torrão, deve consultar-se a bibliografia apresentada neste trabalho.

²⁰ As fontes consultadas relativas ao século XVI referem a existência de um castelo na zona da Igreja Matriz. A vila nessa altura não se encontrava amuralhada. Numa fonte mais tardia, de finais do século XVIII (*Memórias Paraquiais* referentes ao Torrão), o pároco refere a existência de um castelo que já não existia na sua época. Assinala que este teria muros em taipa. A existência de uma Rua das Torres no Torrão é um indicio importante, que revela a existência de uma cerca amuralhada, que possuía algumas torres. Contudo, dado que a planta mais antiga, de inícios do século XIX, não representa o castelo, avançámos hipoteticamente que este seria de planta oval, tendo em conta a topografia, mas alertamos que é somente uma suposição, carente de bases sólidas.

Só quando decidimos comparar este troço da “cerca” com plantas de mesquitas islâmicas é que chegámos à conclusão de que estaríamos, provavelmente, perante um edifício religioso muçulmano.

Tratando-se de um espaço religioso islâmico, ele desafiava em dimensão as normas da época.

Imediatamente levantou-se uma outra questão: se em contexto islâmico as únicas cidades conhecidas neste território alentejano eram Évora, Beja e Alcácer, todas com mesquitas adaptadas à função que tinham como sedes de território, e se o Torrão seria um pequeno castelo dependente de Alcácer ²¹, por que razão este último possuía um espaço religioso descomunal, sem paralelo no *Ġarb* ²²? Na realidade, que tipo de edifício seria este? *Ribāṭ* ou *Rábita* ²³?

A hipótese de *muṣalla* só foi posta um pouco mais tarde, no mês de Maio desse ano, no decurso da recriação Histórica “Alcácer Islâmica”, após uma conversa com o nosso colega, o historiador marroquino, Dr. Al Muthamid.

Na sua “dupla função” de historiador e de crente muçulmano, ele alertou-nos para a importância das *muṣalla*(s) na estrutura arquitectónica dos espaços urbanos islâmicos e para o papel que elas têm na coesão social da *umma* / comunidade islâmica.

De repente, um castelo de génese islâmica, aparentemente sem importância histórica reconhecida até 2004, emerge com uma das maiores *muṣalla*(s) conhecidas no *Dār al-Islam* (ver nota 79), na margem Norte do Mediterrânico (Portugal, Espanha, Baleares, Sicília, Malta e Creta), excluindo o Império Otomano.

Por que é que isso aconteceu? Afinal que papel terá desempenhado o Torrão em contexto Islâmico?

Estas e outras questões emergiram naturalmente, abrindo uma inesperada luz num período historiográfico que até há pouco tempo era totalmente ausente e desconhecido.

4. A problemática dos estudos sobre a *muṣalla* versus *ṣarī’a*?

Uma *muṣalla* é um lugar de oração. Corresponde a uma mesquita de céu aberto, quase sempre despojada de construções, podendo ter um muro de *qibla* ²⁴ e um *miḥrāb* amovíveis, feitos em “materiais perecíveis”.

Quando estudamos numa perspectiva “lata” o urbanismo das medinas islâmicas, centramos quase sempre a nossa análise sobre as mesquitas, as alcáçovas, os sistemas defensivos e as estruturas económicas.

Se a nossa análise privilegiar o estudo das estruturas religiosas, a sua disposição no espaço e o impacto que tiveram no ordenamento urbano, é quase certo que nos esquecemos de referir a existência das *muṣalla*(s) / *ṣarī’a*.

Compreendemos por que razão estes espaços permanecem “quase sempre” invisíveis nos estudos sobre o urbanismo de génese islâmica.

A grande totalidade dos investigadores não lhe atribui muita importância, ou então é o “sistemático desconhecimento” que tem prevalecido até hoje!

Basta para isso consultar algumas teses de doutoramento ²⁵ e artigos que apresentam os novos modelos de evolução das medinas do ocidente do *Dār al-Islam* (Andalus e Magreb).

Localizadas sempre fora da malha urbana, esta-ja ela cercada ou não, as *muṣalla*(s) correspondem quase sempre a espaços amplos, vazios de construções ²⁶.

Nos raros casos em que uma edificação desta natureza foi “fixada na paisagem envolvente” como construção, a abordagem efectuada é quase sempre preliminar. Limitam-se a assinalar a sua existência e pouco mais.

Mas o que é uma *muṣalla* e que papel ela teve na organização do espaço urbano em contexto islâmico?

Se seguirmos a bibliografia existente, pouco há a adiantar.

Resumidamente, as *muṣalla*(s) correspondiam a espaços amplos, desabitados, sem edificações e que serviam para duas cerimónias ao longo do ano, que contavam com a participação de toda a comunidade: o final do Ramadão e o início do Ano Novo Lunar.

Na prática, tinham a função de “praça”, elemento urbano que não existia na medina islâmica. Noutros casos, se a topografia fosse favorável, poderiam servir para treino militar.

No Alentejo, cada medina teria um recinto de oração a céu aberto desta natureza. Contudo, até ao momento, só foram identificadas duas: em Alcácer e no Torrão ²⁷.

Os exemplos identificados no nosso município obrigam-nos a uma reflexão mais demorada. Não só por existirem estruturas, como por a sua existência sugerir que serviriam para algo mais do que simples terreiros amplos para orar!

Quando consultamos as fontes islâmicas mais recuadas, verificamos que o Profeta Maomé afirmou que toda a terra podia ser comparada a uma mesquita, já que podemos usar qualquer lugar para a oração.

Quando *Abī Ḍarr* perguntou ao Profeta: “*Oh Mensajero de Allah!, qué mezquita en la tierra se instituyó primero? Dijo: la Mezquita sagrada (Meca). Dije: Luego, cuál? Dijo: Cuarenta años y allí donde entiendas que puedes rezar, pues reza y eso es una mezquita*” ²⁸.

Também *Yabir b. ‘Abd Allāh al-Auṣarī* ²⁹ afirmou: “*Dijo el Mensajero de Allāh, que Allāh le bendiga y le dé paz: me concedió cinco (cosas) que a nadie antes de mí se dieron. Cada profeta se debía a su pueblo exclusivamente y se me concedió no hacer diferencia con ninguna raza y se me hicieron lícitos*

²¹ Ou de Beja, consoante a conjuntura política envolvente.

²² Ocidente.

²³ Espaço fortificado e de oração, ou simples espaço de oração?

²⁴ Muro orientado dentro da mesquita, geralmente oposto à zona de acesso, no meio do qual se localiza o *miḥrāb* (nicho que indica a orientação para Meca).

²⁵ MAZZOLI-GUINARD 2000 e RIUS 2000.

²⁶ A ausência de estruturas, que será apanágio da maior parte dos espaços classificados como *muṣalla*(s), parece desmotivar logo à partida a maior parte dos investigadores.

²⁷ CARVALHO 2008d.

²⁸ SALAMEH 2001: 321.

²⁹ AL-NÜWĪ, Yaḥya’b. Ṣarāf: *Ṣaḥīḥ Muslim bi-ṣarḥ al-Nūwī*, citado por SALAMEH 2001: 321, nota 7.

los botines de guerra, no se había hecho lícito a nadie antes de a mí, y se me proporcionó la tierra limpia como buena y pura y como mezquita. Así pues, cualquier hombre que quiera realizar la ple-garia (Ṣalat – azalá) que rece allí donde se encuen-tra...”.

Se, em termos gerais, a noção de *muṣalla* como “mesquita a céu aberto” é perceptível e aceite por todos os investigadores, torna-se mais problemático quando alguns arabistas também atribuem a palavra *ṣari’a*, a estes recintos religiosos.

O investigador que temos vindo a seguir, Ibrahim M. O. Salameh³⁰, não aceita que se use a pala-vra *ṣari’a* como outro sinónimo para estes espaços. Segundo ele, o erro deve-se a uma deficiente leitura de Levi Provençal, com base num texto de *Ibn Ṣaḥib al-Ṣalat*, sobre as portas de Marraquexe³¹: “*Bāb al-Ṣarī’a se considera una de las puertas de Mar-raquech, conocida en fecha muy temprana, y que era utilizada como pasadizo a la Muṣalla, donde la gen-te reza y celebran las fiestas canónicas*”³².

Contudo, *Ibn Iḍārī* refere textualmente que o ca-lifa *al-Manṣūr*, quando saiu de Sevilha em 1184 e se dirigiu a *Ribāt al-Faṭḥ* / Rabat (sic.): “*Se instalo en la casa bendita en la Ṣari’a (de Tarifa) y la dicha era su acompañamiento y el aire le fue favorable*”³³.

Para Salameh, *Ṣari’a* (sic.) “*Es ley de Dios todo lo que Allāh ordenó con respecto al ayuno, la ora-ción, limosna, la peregrinación a la Meca y existen-cia de un Dios único*”³⁴.

Apesar da leitura proposta por este investigador, tanto *Ibn Iḍārī* como a documentação medieval cata-lã apontam em sentido contrário.

A documentação cristã nos séculos XII-XIII, re-ferente à actual região Valenciana, é clara na utiliza-ção de *ṣari’a* como sinónimo de *muṣalla*.

Com base nos elementos recolhidos por André Bazzana e que apresentamos neste trabalho³⁵, fica-mos a saber que algumas das *muṣalla*(s) referidas seriam muradas³⁶, para isolar o espaço sagrado dos terrenos agrícolas confinantes.

A título de exemplo assinala os seguintes teste-munhos documentais (sic.)³⁷: “*le privilège de Jac-ques I déjà cite et concernant Játiva signale la mu-raille de Exerea, c’est-à-dire de la sari’a*”.

Pour Valence, plusieurs documents soulignent l’existence d’une muṣalla: la Primeira Crónica Ge-neral indique que Mundir, prince de Denia, s’arrêta en 1086 dans «un lieu qui était un oratoire où les Maures priaient les jours de fêtes et qu’il appelle dans son arabe, axerea; le cimetière «de la muṣalla» est cite à plusieurs reprises et l’on a mention d’une mosquée située «en la Xarea de Valência»; enfin, le Repartiment signale l’existence d’une porte de la muṣalla (Baba l-Sari’a) et du terrain de la Xarea (campo exarce), [...] - peu après la «Reconquête» - de maisons (domos Mussaalla) situées en ce lieu sacré.

[...] la muṣalla de Valence comportait une cons-truction (oratoire, c’est-à-dire sans doute mihrab) et était enclose d’une muraille, tout comme celle d’Al-meria”.

Um dos termos que acompanha a descrição fisi-ca das *muṣalla*(s) muradas da região valenciana é a utilização da palavra “muralha”.

Curiosamente, como pudemos constatar recente-mente na Vila do Torrão, algumas pessoas atribuem o termo “muralha” a este troço da cerca conventual.

Esta palavra sugere a existência de uma boa construção e é alusiva a funções de natureza militar, dissonante com o objectivo de um convento de Cla-rissas!

Será que a denominação muralha usada no Tor-rão é de origem medieval?

Não sabemos. Contudo, podemos sugerir que sim!

Admitimos que a palavra *ṣhari’a* também terá sido utilizada no Torrão, partindo da hipótese que a denominação toponímica do rio Xarrama³⁸ será de génese islâmica.

5. Descrição do monumento

(*muṣalla* / muralha / 2ª cerca conventual)³⁹

5.1. O existente actualmente em confronto com as bases cartográficas disponíveis (carta de 1817 e cartografia digital, de 2006 a 2008).

Os quase duzentos anos que separam as duas bases cartográficas em análise (1817 e 2006-2008), apresentam poucas diferenças entre si no que diz res-peito aos elementos estruturantes importantes que definem o convento das Clarissas em relação ao es-paço envolvente.

O que salta à vista é a existência de um vasto recinto, que se desenvolve para Sudoeste, criando um “corpo estranho” em relação à malha urbana existente neste sector do Torrão.

Outro aspecto interessante é a clara divisão entre o corpo principal do convento, constituído pelo cor-po da igreja, torre sineira, claustro e cerca anexa, da restante área da cerca localizada imediatamente a Sul que, segundo a legenda do mapa do século XIX, pertence já ao património do convento.

Recordamos novamente que, no referido mapa do século XIX, a torre objecto deste estudo já exis-tia, assim como a cerca a ela associada, numa dis-posição espacial que ainda se mantém actualmente.

A análise cartográfica do referido documento mostra também a existência de uma cruz na zona de ligação entre a referida torre e o pano da “muralha” anexa. A legenda do mapa nada esclarece sobre o seu significado.

³⁰ SALAMEH 2001: 320-322.

³¹ SALAMEH 2001: 321.

³² AL-ṢALAT, *Ibn Ṣaḥib: al-Man b. il-Imāma*, citado por SALAMEH 2001: 321, nota 9.

³³ *Ibn ‘Iḍārī Al-Marrākūṣī*, segundo HUICI MIRANDA 1953: 90.

³⁴ SALAMEH 2001: 320.

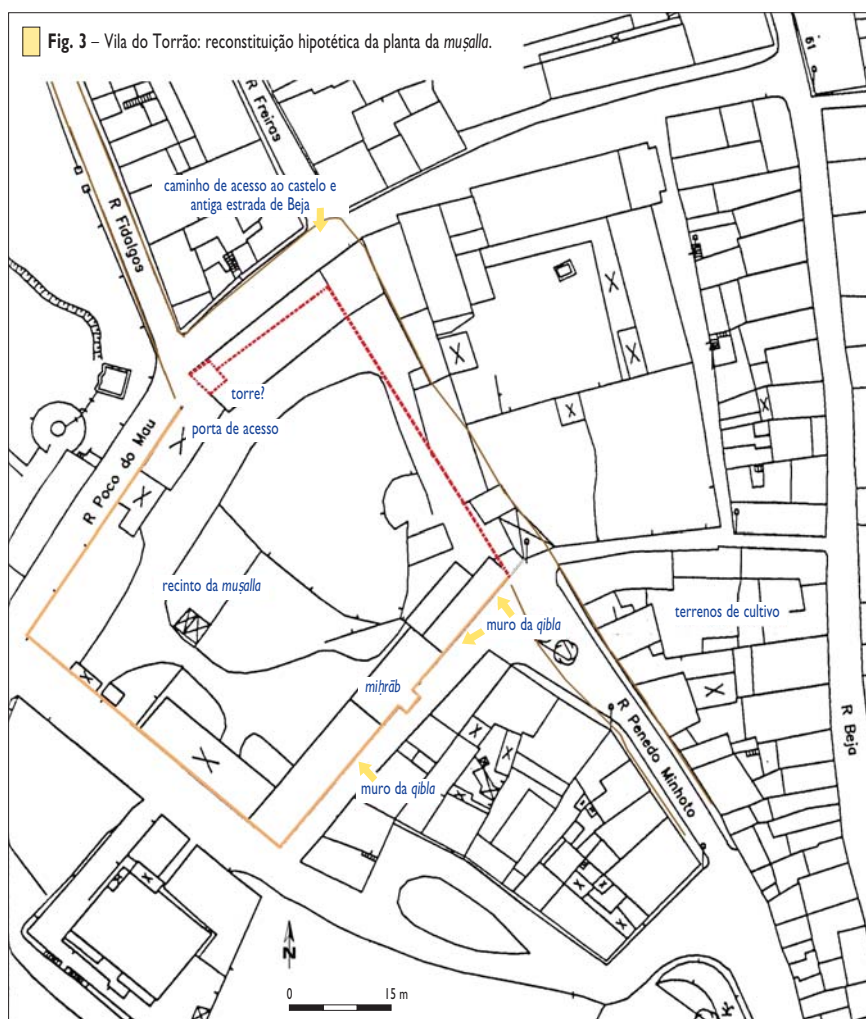
³⁵ BAZZANA 1992: 244.

³⁶ À semelhança da do Torrão.

³⁷ BAZZANA 1992. Por se tratar de uma questão raramente tratada, achamos oportuno transcrever o texto original.

³⁸ A denominação *al-Ṣari’a*, como sinónimo de *muṣalla*, entrou na língua Catalã, transformando-se em *Enxaria* ou *Xaria*. No caso da língua Portuguesa, desconhecemos como se processaria a passagem fonética. O nome *Enxarramam*, dado ao rio Xarrama em documentação portuguesa do século XII, poderá ser alusivo à *muṣalla* / *Ṣari’a* do Torrão, se aceitarmos que a palavra deriva da expressão árabe *al-Ṣari’a al-Yami* (a *muṣalla* principal) que, adaptada para a fonética do português, teria um som semelhante a *exaria-a-rami* (!).

³⁹ De forma a facilitar o nosso texto, vamos começar a utilizar a palavra *muṣalla*, em vez de “segunda cerca conventual” ou “muralha”.



Contudo, por analogia com sinais semelhantes no mesmo mapa, verificamos que o autor teve a preocupação de assinalar todos os edifícios religiosos existentes nessa altura com um sinal em cruz ⁴⁰.

A única excepção a este padrão é efectivamente esta torre, porque nela foi representada uma cruz, cujo significado é pouco claro.

Segundo os elementos disponíveis, as Clarissas costumavam implantar ao longo das cercas conventuais algumas capelas. A questão que se coloca é o significado dessa cruz na torre: capela “ex-novo” ou adaptação de um nicho preexistente?

Face ao exposto, é de aceitar que a “memória de um espaço sagrado” associado à torre ⁴¹ terá sido mantida ao longo dos séculos.

Um outro elemento que indica claramente a existência de dois espaços arquitectónicos que depois foram adossados entre si numa fase posterior, é a leitura cartográfica que efectuámos e que apresentamos neste estudo.

Esta leitura foi confirmada pela informação transmitida pelo pároco do Torrão em 1758, que textualmente refere a doação deste espaço, em data anterior.

⁴⁰ Caso da Igreja Matriz, da Misericórdia, dos dois conventos e da Igreja do Carmo.

⁴¹ A identificação desta torre como um espaço sagrado autónomo dentro da estrutura conventual é um elemento a valorizar na nossa análise. Será que é a memória da muşalla? Cremos que sim, porque a torre corresponde ao mihrāb, o espaço mais sagrado desta “mesquita a céu aberto”, que indica a direcção canónica de Meca, para onde o crente tem que se voltar para rezar.

⁴² CHORÃO 2000: 22.

⁴³ GEORGE CARDOSO 1666: 41.

Se analisarmos os mapas elaborados para este trabalho, verificamos que a actual Rua das Freiras (a Norte) tem a mesma orientação da Rua do Penedo Minhoto (a Sul), sugerindo uma ligação entre elas por uma rua que terá existido a separar o núcleo conventual e a muşalla.

Apesar de possuímos escassos elementos elucidativos do programa de obras do convento, existe um dado que nos parece claro: terá existido uma fase de obras que não incluiu inicialmente o espaço da cerca conhecido como a muralha.

Antes de avançarmos um pouco mais, é importante referir que a localização dos conventos franciscanos obedecia a regras predefinidas, nomeadamente:

– Devem-se localizar junto à entrada do espaço urbano, de forma a não entrarem em choque com outras ordens religiosas e privilegiarem a “sua actuação” na prestação de cuidados a pessoas desfavorecidas. No caso do Torrão, tinham a concorrência directa da Ordem de Santiago, que não via com bons olhos a existência de conventos no seu espaço de jurisdição.

– Para existirem condições para ser criado um convento de Clarissas, deve à priori existir um convento do ramo masculino, que segundo as “regras”, vigiava e superintendia o convento feminino. Este quadro é comum nas províncias portuguesas da Ordem, caso de Alcácer do Sal ou Setúbal. No caso do Torrão, foi fundado inicialmente o Convento de S. Francisco, à saída da Vila, junto à estrada para o Alvito, e só numa fase posterior terá havido condições para a fundação do convento das Clarissas.

Em suma, a localização destes edifícios conventuais numa determinada malha urbana é elemento precioso para delimitar a expansão urbana existente na época da fundação.

A inexistência de estudos monográficos sobre os principais monumentos do Torrão impede-nos de traçar numa síntese a história deste convento.

Segundo os dados disponíveis, este convento da Nossa Senhora da Graça, da Ordem de Santa Clara / Clarissas, era da Jurisdição do Ordinário ⁴².

Na pesquisa que entretanto efectuámos deparámo-nos com o seguinte texto ⁴³: “A Madre Francisca das Chagas, foi hua das quatro Terceiras, que acharão as fundadoras de Nossa Senhora do Torrão, quando forão plâtar naquella limitada casa a segunda Regra de S. Clara, anno 1559. A quem o Ceo tinha reuelado alguns antes, como em seu pobre Oratório, se auia de collocar ainda o Tabernáculo do Sanctissimo Sacramento, cousa que ella muito desejava, & pedia com instancia ao Ceo. Repetindo muitas vezes com grande feruor de espiritu: Por ventura, Senhor, serei nella esposa vossa? Até que mereceo ouuir de sua sgrada boca: De soança tu se-

rás. Como se viu depois, pelo religioso vínculo da profissão, que fez nella, em que permaneceu até morte, a qual lhe sobreueio aos 50 de idade, no de 1609. Segundo autenticas relações, que deste Conuento se nos comunicarão, por meio do Chandre d'Euora manonel Seuerim de faria, que Deos tem”.

Tudo terá tido início em 1560, por iniciativa de Brites Pinto, que cedeu umas casas que tinha no Torrão para acolhimento de beatas. Segundo o Pároco do Torrão⁴⁴, “essas casas” correspondiam a uma capela de Santa Marta, onde vivia como beata e instituidora Maria Pinta: “... e obtiveram Licença da Mesa de Consciência para fundarem; ficando as ofertas para os Piores. Tem boa igreja de Abobada, bastante Convento, Cerca⁴⁵, que lhe acrescentou o Excelentíssimo, e Reverendíssimo Senhor Dom Frei Miguel de Távora, a quem são sujeitas: estão muito pobres...”.

Contudo, segundo a *Corografia Portuguesa* do Padre António Carvalho da Costa, publicada em 1708 mas cujas informações remontam ao século XVII, encontramos os seguintes elementos⁴⁶: “[tem um convento] de Freyras da mesma Ordem [Franciscanos], da invocação de N^a Senhora da Graça, que se fundou pelos annos de 1560, com licença del Rey D. Sebastião em humas casas de Brites Pinta, mulher nobre, & era naquelle tempo Recolhimento dedicado a S. Martha. Depois pelos annos de 1599, se fundou o Convento com esmolas, que a Infanta D. Maria lhe deo”.

Segundo os dados disponíveis, o convento das Clarissas foi erguido no final do século XVI, sobre as casas / ermida / capela de S. Marta, junto à estrada que ia para Beja, numa das entradas da vila.

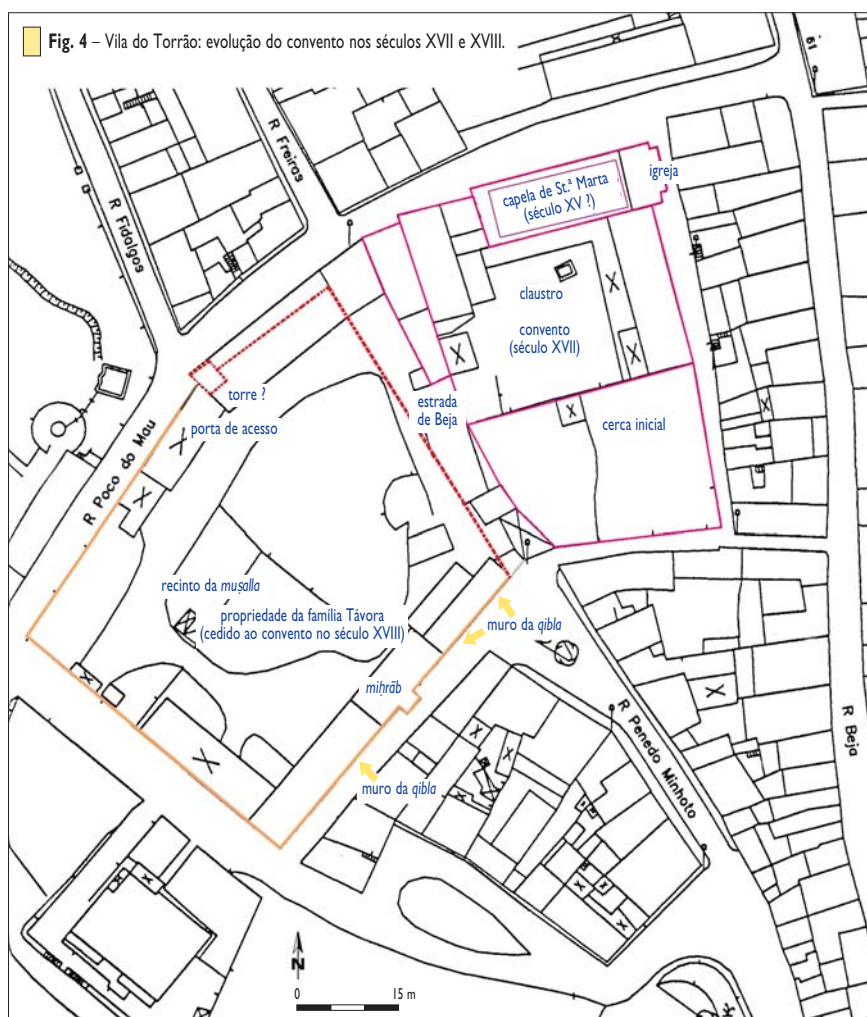
A construção da igreja e claustro obedeceu ao espaço disponível, com base no terreno cedido por D.^a Brites Pinto, e foi condicionada ao eixo viário então vigente.

Uma análise mais pormenorizada permite constatar a existência do corpo da igreja e da torre do sino, encostados a Norte, junto à malha tardo-medieval do Torrão. Pensamos que essa disposição particular tivesse como objectivo incorporar no espaço da igreja conventual o “espaço sagrado” da “capela de S. Marta” que é referida entre 1560 e 1599.

Esta implantação permitia definir uma rua e caminho quase “privado” em terra batida, com acesso rápido ao Convento de S. Francisco, localizado na outra ponta da malha urbana.

Junto à torre do Sino (a Norte), e encostada ao muro conventual que se desenvolvia para os campos agrícolas voltados a Sul, definia-se a estrada que ia para Beja, com início no interior do castelo, passando pela Igreja Matriz.

Neste lado Sul, oposto à malha urbana e voltado para o campo, foi construído um claustro e a primitiva cerca, condicionados pelas verbas existentes e confinados ao espaço inicialmente cedido.



Para Sudoeste, a estrada de Beja cortava a possibilidade de expansão da cerca conventual.

É nesta banda, no outro lado da estrada mas pertencente a outro proprietário, que existia ainda de pé o que terá sobrevivido da *muçalla*, já despojada da sua memória⁴⁷.

Segundo as *Memórias Paroquiais*, esse espaço é laconicamente denominado de “Cerca”, “... que lhe acrescentou⁴⁸ o Excelentíssimo, e Reverendíssimo Senhor Dom Frei Miguel de Távora, a quem são sujeitas: estão muito pobres...”.

⁴⁴ ALVES 1758.

⁴⁵ Esta “Cerca” que foi acrescentada ao convento pouco antes de 1758 corresponde à *muçalla*.

⁴⁶ COSTA 1708: 484.

⁴⁷ É provável que nos séculos XVII-XVIII o local fosse encardado como simples cerca / muralha e que uma “tradição local (!)”, de natureza indeterminada, impedisse a alteração profunda do espaço. Apesar dos dados lacónicos, é de aceitar que os terramotos de 1530 e o de 1755 tenham afectado o Torrão.

O que identificámos na textura exposta da torre (onde se localizava o *mihrāb*) é a utilização de vários fragmentos de estuque de areia de cal de cronologia indeterminada. Será que estamos perante restos do antigo *mihrāb*?
⁴⁸ Esta palavra “acrescentou” é muito importante, porque representa uma prova documental de que a Cerca já existia de pé em data anterior a 1758 e que nada tinha a ver com a arquitectura conventual, dado pertencer a outro proprietário. Acharmos interessante o espaço pertencer a

um elemento religioso da poderosa família Távora, o que sugere que se tratava de um espaço cercado com algum prestígio. O texto não é claro sobre a data da doação, mas admitimos que, dado que o doador ainda se encontrava vivo em 1758 e que as freiras se encontravam “muito pobres”, elas terão recebido esta Cerca pouco depois do terramoto de 1755. As fotos da cerca mostram claramente duas fases de construção, que provavelmente mostram a ocorrência de obras após esta calamidade que atingiu o Torrão.



Fig. 5 – Enquadramento topográfico da *muşalla* do Torrão e do Convento das Clarissas.

A escassez de documentação, seja ela de natureza arqueológica ou outra, limita-nos a análise ao impacto que a estrutura muçulmana terá tido após a conquista e durante a Baixa Idade Média. Contudo, é de aceitar que a sua excepcional construção, que lembra uma muralha, aliada à pouca densidade de “construções” no seu interior, terão contribuído para a sua manutenção, transformando-se gradualmente num espaço cercado de hortas, nos séculos seguintes!

O facto de pertencer a um elemento da família Távora é outro dado a reter, dada a ligação familiar directa existente com o último Mestre da Ordem de Santiago, D. Jorge, filho bastardo de D. João II.

Admitimos, mesmo sem provas documentais claras, que a “cerca amuralhada” terá pertencido aos Espatários, desde a conquista até uma data indeterminada após o século XVI, altura em que entrará no património dos Távoras.

A memória funcional do espaço terá sido “apagada intencionalmente”, mas algo terá sido mantido pela memória popular.

Existem questões que nunca poderemos responder, como por exemplo: por que razão o convento das Clarissas não foi logo de início construído dentro da *muşalla*, mas si ao seu lado?

Em data ainda não determinada, mas provavelmente antes do século XVIII e por razões que desconhecemos, a *muşalla* foi cedida ao convento.

Prontamente foi transformada em horta e pomar, enquanto a Torre foi adaptado a espaço sagrado de culto cristão.

Um convento define-se como um pequeno mundo cercado, procurando-se recriar no seu interior uma imagem do “paraíso” e “intimidade” com Deus, através da oração.

Esta necessidade de cortar o cordão “umbilical” com o mundo exterior faz com que as freiras, após terem aceite o recinto da *muşalla*, construíssem muros em taipa de ligação entre os dois espaços, que vão implicar a inclusão no seu interior de um troço da estrada de Beja.

Deste modo, o espaço conventual inicial, confinado a uma pequena cerca, vai aumentar em área para pouco mais do dobro, incluindo um troço de estrada pública.

Desconhecemos como terá sido aceite pela reacção do Torrão a desactivação da estrada para Beja, mas a “anexação” deste troço foi efectuada e consumada, mantendo-se actualmente.

6. A *muşalla*

6.1. Uma leitura arquitectónica

Como estamos em presença de um recinto sagrado islâmico, provavelmente transformado em lugar de peregrinação ⁴⁹, decidimos na nossa busca de paralelos privilegiar a sua análise, confrontando-a com as duas rábitas até ao momento identificadas como tal no *al-Andalus*: Guardamar (Espanha) e Arrifana (Portugal).

Tomando como exemplo as duas rábitas referidas, podemos verificar que o troço da cerca conventual classificado por nós como *muşalla* possui uma linguagem arquitectónica análoga, o que permite saber, sem margem para dúvidas, que estamos perante os “vestígios” de um vasto edifício / recinto religioso islâmico.

Mais surpreendente é sabermos que este se manteve inédito desde o século XIII até 2006, apesar de ser visível, de fácil acesso e de se encontrar em óptimo estado de conservação.

Como é que isso foi possível?

O que nos continua a surpreender é a dimensão descomunal deste espaço religioso do Torrão, sem paralelos no *Ġarb al-Andalus* ⁵⁰ e que nos permite afirmar que estaremos em presença de uma *muşalla* de carácter excepcional, ligada ao “poder estatal islâmico”.

Aceitamos a hipótese de ter servido igualmente como *ribāt*, não só pelo carácter fronteiriço do Torrão frente a Évora, nos séculos XII-XIII, como por razões da natureza da “estrutura política” do Estado islâmico, que iremos apresentar ao longo deste estudo.

Relembramos mais uma vez que, segundo *Ibn Idārī* ⁵¹, o local em Tarifa escolhido por *al-Manşūr* para descansar e estar junto dos seus aliados militares, antes de atravessar o Estreito, foi a *Šarī’a* (*muşalla*) local.

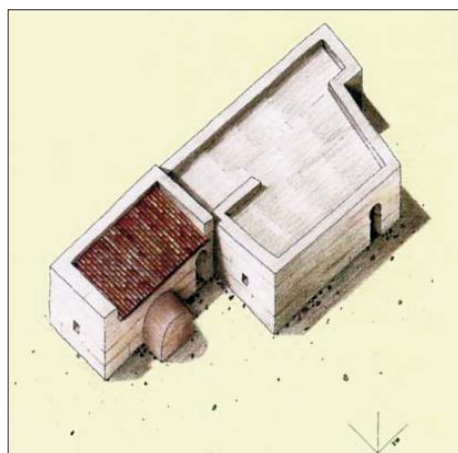
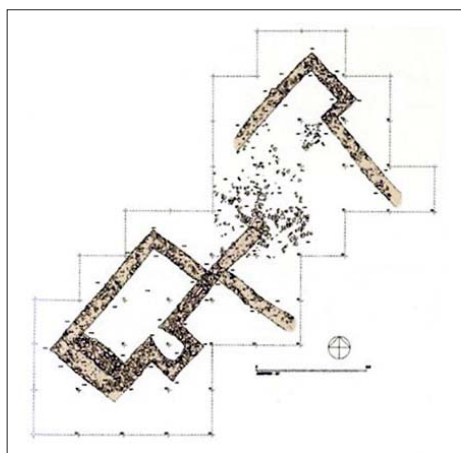
⁴⁹ Sobre esta questão, consultar VEGA MARTÍN e PEÑA MARTÍN 2003.

⁵⁰ Ocidente do *al-Andalus*, equivalente ao actual território português.

⁵¹ *Ibn ‘Idārī Al-Marrākūšī*, segundo HUICI MIRANDA 1953: 90.



Fig. 6 – Reconstrução proposta para a muşalla almôda do Torrão.



Figs. 7 e 8 – Mesquita do Ribāt da Arrifana / Aljezur (Algarve), segundo GOMES e GOMES 2007a: 57.

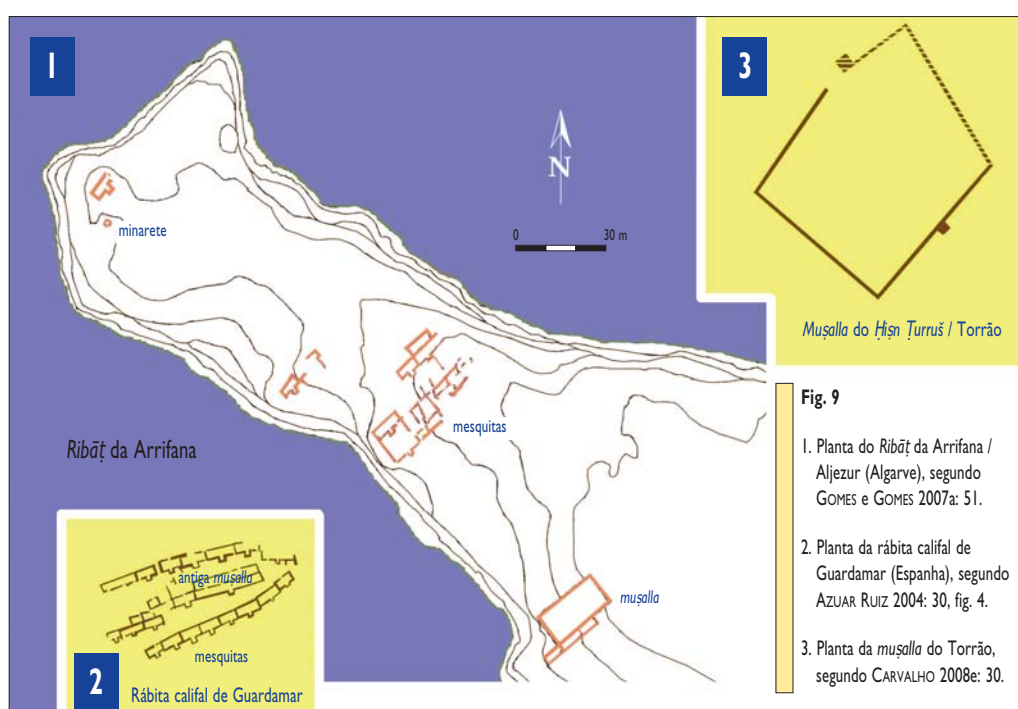


Fig. 9

1. Planta do Ribāt da Arrifana / Aljezur (Algarve), segundo GOMES e GOMES 2007a: 51.
2. Planta da rábida califal de Guardamar (Espanha), segundo AZUAR RUIZ 2004: 30, fig. 4.
3. Planta da muşalla do Torrão, segundo CARVALHO 2008e: 30.

Tomando como exemplo a arquitectura e as diferentes orientações canónicas de mesquitas de outros espaços geográficos do *Dār al-Islam* como, por exemplo, o Próximo Oriente, verificamos que os elementos básicos que definem uma mesquita, continuam patentes: terá que existir um muro da *qibla* orientado canonicamente e o nicho do *mihrāb*.

6.2. O muro da qibla

Temos um potente muro, que se dispõe direito ao longo de pouco mais de 62 m, desafiando a inclinação do terreno. Desenha uma linha inclinada ligeiramente para Sul, seguindo uma determinada orientação canónica, que Mònica Rius denomina de “*tendência hacia el Este (E)*” ⁵².

Segundo a arabista, estas mesquitas, ordenadas por sequência cronológica, estão intimamente ligadas com o cálculo da *qibla* efectuada por astrónomos, que trabalhavam directamente para os soberanos.

De uma forma geral, observa-se no território do *al-Andalus* uma tendência em orientar as mesquitas dentro de um arco compreendido entre o SE e o S, entre os 135° e os 180° ⁵³.

A denominada “*qibla moderna*” ⁵⁴ corresponderá a um arco situado entre o E e o SE, ou seja, entre os 95° e os 108°.

Com base nos dados obtidos por A. Jiménez, Mònica Rius organizou as mesquitas do *al-Andalus* segundo grupos de “*tendências de orientação*” ⁵⁵: (E) tendência Este; (SE) tendência Sueste; (C) tendência “Cordovesa”; (S) tendência S dentro do quadrante SE; (S) tendência S dentro do quadrante SW.

A *qibla* da *muşalla* do Torrão, orientada a 117°, insere-se no grupo Este (E).

A autora inseriu neste grupo um conjunto de dez mesquitas, datadas entre os séculos X e o XIV.

Face ao exposto, estamos perante mais um dado que reforça o papel que terá tido a iniciativa estatal como patrona deste espaço sagrado.

Com base na tabela elaborada por M. Rius ⁵⁶ (ver Tabela 1), verificamos que a orientação da *qibla* torranense enquadra-se no intervalo entre a *qibla* de Medina Azara (Córdova, século X, 109°) e a *qibla* da mesquita de Mértola (século XII, 126°).

Trata-se de um grupo de mesquitas directamente ligadas com o cálculo da *qibla* obtido por astrónomos.

Por vezes, podemos assistir a casos de dupla *qibla*, que desconhecemos se eventualmente terá ocorrido no Torrão, devido ao desaparecimento da mesquita local ⁵⁷, que terá existido no interior do castelo.

Contudo, era apanágio governativo efectuarem-se mudanças de orientação das *qibla(s)* como expressão do novo poder, que era entendido como forma de “purificação”.

São variados os exemplos que podemos ler nas crónicas alusivos a este tipo de comportamento. Os almóadas mudaram deliberadamente a orientação de algumas *qibla(s)* de mesquitas, como prova de afirmação e desejo de romper com a tradição almorávida.

A título de exemplo, podemos referir o que aconteceu à mesquita principal de Marraquexe ⁵⁸ mandada levantar pelo emir almorávida ‘*Alī b. Yūsuf*, que, apesar de estar correctamente orientada, os almóadas não hesitaram em derrubar para lhe alterar a orientação da *qibla*.

“*En palabras de al-Tāyūrī: Luego vinieron unas gentes que la cambiaron hacia el Sur: Ibn ‘Idārī, más explícito, refiere: “se abstuvieron los Almohades de entrar en ella (Marrākuš) porque el Mahdī había dicho que la purificasen. Se preguntó a los alfaquíes sobre ello y les dijeron: «edificad vosotros una mezquita y renovad la otra”.*

Se a mesquita de *Madīnat al-Zahrā’* foi famosa por ter uma *qibla* orientada a 109°, que se desvia 9° da “*qibla moderna*”, é provável que a *qibla* da *muşalla* do Torrão tenha obtido alguma “fama” a nível regional, porque se encontra desviada da “*qibla moderna*” em 17°, o que, em termos de cálculo astronómico num contexto medieval, presumimos não terá sido fácil de obter.

Facilmente poderia ser confundido com o horto do Sol no Inverno no *al-Andalus*, que ronda os 120° ⁵⁹.

Achamos extraordinário que o edifício e a torre do *mihrāb* se encontrem orientados para a alcáçova e mesquita da cidade de Beja ⁶⁰, que é visível na linha do horizonte com bastante nitidez.

Tabela I

Orientação das Mesquitas do al-Andalus

Mesquitas e Muşalla(s) / localidade	século	qibla
Muşalla do Torrão (Alcácer do Sal)	XII	117°
Santa Clara (Córdova)	X	125
Medina Azara (Córdova)	X	109°
São Tomé (Toledo)	XI	115°
Mértola	XII	126°
Comares, Alhambra (Granada)	XIV	101°
Mexuar, Alhambra (Granada)	XIV	108°
Rawda, Alhambra (Granada)	XIV	109°
Aljama, Alhambra (Granada)	XIV	124°
S. Sebastián, Ronda (Málaga)	XIV	121°
Fiñana (Almería)	XIV	112°

⁵² Rius 2000: 106-111.

⁵³ Rius 2000: 105.

⁵⁴ Diz respeito aos cálculos efectuados a partir de coordenadas geográficas e procedimentos modernos. Segundo a autora que temos vindo a seguir (Rius 2000: 105, nota 253), “*Todas las orientaciones están medidas, en grados sexagesimales, desde el punto Norte (que corresponderá a 0°) en sentido horario, por lo que puntos E, SE, S y W corresponderán a 90°, 135°, 180° y 270°, respectivamente*”.

⁵⁵ Rius 2000: 105-106.

⁵⁶ Rius 2000: 110.

⁵⁷ Provavelmente localizada no local da actual igreja matriz do Torrão, antiga Igreja de Santa Maria.

⁵⁸ Rius 2000: 153-154.

⁵⁹ A inclinação do eixo de rotação da Terra e o facto desta ter uma órbita elíptica justificam diferentes ângulos de incidência dos raios solares, e fazem com que o “nascer” do Sol varie ao longo do ano, descrevendo um arco na paisagem.

⁶⁰ Segundo os elementos obtidos por meio de fotografia de satélite, utilizando o Google Earth.

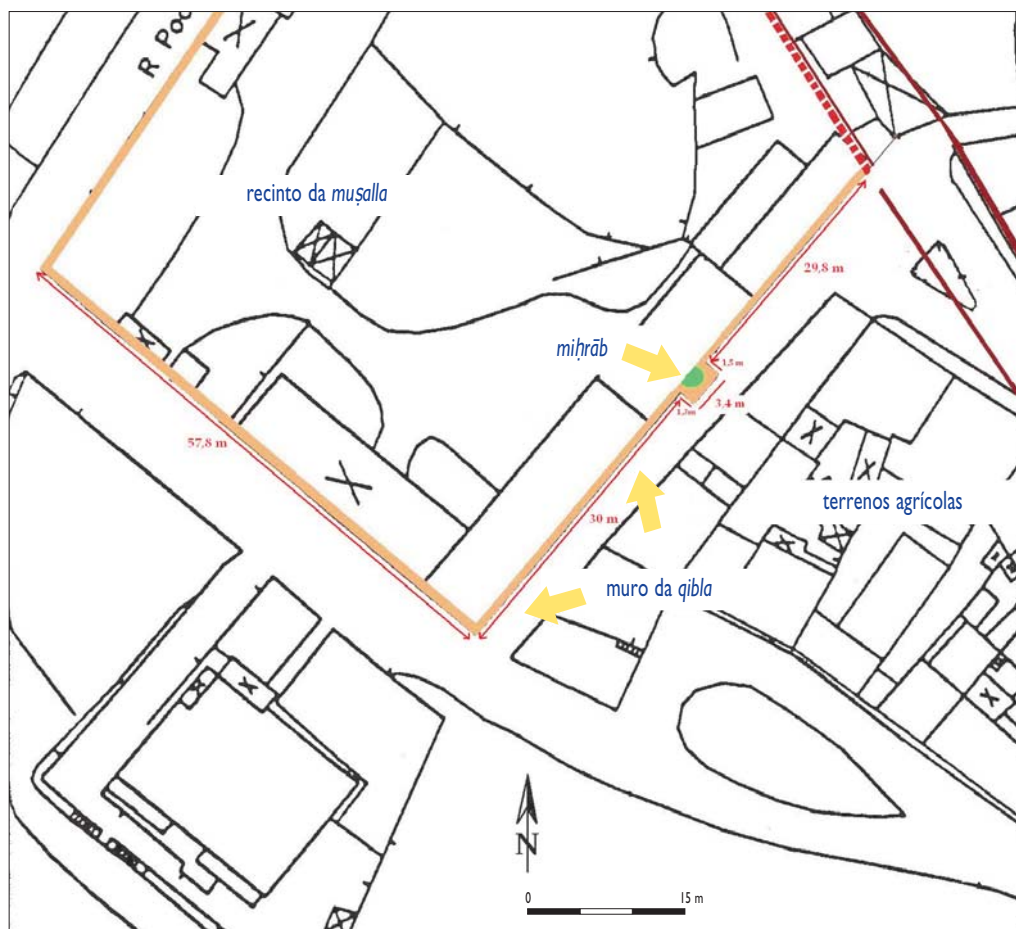


Fig. 10 – Vila do Torrão: localização do mihrāb.

6.3. A localização do mihrāb

Sensivelmente a meio do muro (*qibla*) foi erguida uma torre, que ficou adossada do lado exterior.

A existência desta estrutura isolada torna-se coerente se a considerarmos como a “torre” que encerrava no seu interior um *mihrāb*.

Se analisarmos a figura que apresenta as plantas de *mihrāb*(s) identificados no *al-Andalus* ⁶¹, podemos verificar que, de um modo geral, eles foram inseridos em estruturas de formato “torriforme”, geralmente salientes do muro da *qibla*.

Noutros casos, o nicho ficou embutido na própria estrutura, não sendo visível do lado exterior do edifício.

Essa estrutura torriforme, nuns casos apresenta uma planta “ligeiramente rectangular”, noutros desenvolve-se em semicírculo, simples ou facetado.

O exemplo do Torrão adopta o modelo torriforme de planta rectangular, seguindo o que foi utilizado nos conjuntos religiosos de Guardamar (século X) e da Arrifana (século XII).

Em Alcácer, os *mihrāb*(s) identificados como tal, no Santuário dos Mártires (séculos XII-XIII) e na Igreja de Santa Maria do Castelo (desde o século IX até ao XIII), parecem seguir o modelo exterior ao muro da *qibla*, seguindo uma planta em semicírculo ⁶².

No caso do Torrão, desconhecemos se o nicho terá sobrevivido até aos nossos dias, porque ainda não tivemos acesso ao interior da Torre.

A “enigmática cruz” desenhada nesta torre, que se encontra representada na Planta do Torrão de 1817,

poderá corresponder à existência de um “nicho” que, em contexto Moderno, poderia conter uma imagem cristã!

Se a nossa proposta de cronologia almóada estiver correcta, é provável que o interior do *mihrāb*, em termos de planta e gramática decorativa, seguisse de perto o que foi identificado na mesquita de Mértola.

Não só pela coincidência da inclinação da *qibla* ser nos dois casos semelhante, como por ambas se localizarem no *Ġarb* e provavelmente terem sofrido programas de obras pelo mesmo poder político.

Tanto no caso do Torrão, como em Guardamar, podemos verificar que as “torres” que encerram o *mihrāb* apresentam-se pouco salientes do muro da *qibla*, mas com uma maior fachada, de modo a conter um “nicho” no seu interior. Ou seja, em ambos os casos estamos perante estruturas torriformes de planta rectangular.

O mesmo modelo parece estar patente na torre similar existente na mesquita de *Tīnmāl* / Marrocos ⁶³.

A mesquita, centro religioso e cultural da medina, por vezes actuando como “contra-poder” em relação à estrutura militarizada de certas medinas, encontra-se estrategicamente separada como corpo autónomo, possuindo uma orientação canónica, direccionada para Meca.

Em termos de disposição no espaço, teria que ter tanta visibilidade como a alcáçova, para que um viajante ou tropas exógenas à região soubessem se estariam em presença de uma medina islâmica ou não.

⁶¹ CALVO CAPILLA 2004: 63.

⁶² CARVALHO 2008d.

⁶³ A torre da *muşalla* no Torrão tem forma de rectângulo irregular, com as seguintes medidas, em metros e de Sul para Norte: 1,3 num dos lados menores; 3,5 ao longo do muro da *qibla*; 1,5 no outro lado menor.

⁶⁴ Sobre esta questão, consultar CABRITA; CARVALHO e GOMES 2008:14-17.

⁶⁵ Praças-fortes que irão deter o avanço português para Sul nas primeiras décadas do século XIII.

⁶⁶ Ver Figura 2.

⁶⁷ Ao contrário dos movimentos magrebins dos Almorávidas e Almoadas, que deram expressão a aparelhos políticos de cunho reformador religioso, os Merínidas vão assumindo o poder após o desaparecimento do califado *Muwahhīd*, sem nenhum programa religioso, facto que os poderia debilitar. Para colmatar esse facto, vão investir enormes verbas monetárias e recursos humanos na construção de *madrasas* e, após 1260, vão levar a *Yihūd* ao *al-Andalus*, anexando a região de Algeciras ao seu emirato. Assumimos que a história do Sultanato Merínida, entre 1212 e 1260, é bastante confusa. Por razões que desconhecemos, tem passado despercebida entre os investigadores portugueses e espanhóis uma afirmação muito interessante que se encontra na célebre e muito debatida crónica portuguesa da *Conquista do Algarve* (sic., segundo FONSECA 1988: 90-91): “[Cap. XI... descreve o trajecto que o rei D. Afonso III fez em direcção a Faro, que imediatamente cercou por terra e mar] a grão presa ao Algarve e foy por Beja e day a Almodouar do Campo dourique e pasou a terá pelas Cortiçadas e (en)camjnh(u) dieyto a Farom de senhijo de Mjra(mo)molin rey de Maroquos e tinha a vila por ele hum alcaide que auja nome Aloandre e estaua(ah) hum almoxarife delRey que auja nome Alcabrarão (e) estes aujom gramde acorrimento de gente(s) e mantimentos porque (de) dentro do alcaça estava hua fusta per hum arco grande que era (feito) no muro (e) tiravom aquela fusta cada vez que querryom e mandauom (na) com recado a seu Rey (Al) mjra(mo)molim...”. Segundo a leitura de HENRIQUES (2003: 80), com base neste texto, Faro, em 1249, tinha saído da obediência de soberano Taifa de Niebla e estava debaixo do domínio dos *Banu Marin*. Se esta leitura estiver correcta, estamos perante a primeira intervenção Merínida no

Estes pressupostos, alcáçova num local proeminente, com a mesquita ao lado, não muito distante de uma *muşalla*, iremos encontrar no Torrão, mas condicionados a uma escala diferente e à topografia do local.

Após 1191, o Torrão localiza-se num território de fronteira, como guarda avançada de Alcácer e Beja, frente a uma cidade de Évora debaixo de domínio português desde 1165, que se localiza a Norte, para lá da margem do rio Xarrama ⁶⁴.

Para Sul abre-se uma vasta planície até Beja, cidade visível do Torrão.

Se a implantação do castelo local tem uma função meramente defensiva em relação à estrada para Alcácer, a *muşalla* vai ser construída obedecendo a outras condicionantes, nomeadamente:

– Terá sido erguida no local / ou junto ao acampamento almóada de 1184, onde viria a falecer o califa Almóada.

– Esta meia encosta, estrategicamente localizada na estrada de Beja, numa entrada do Torrão junto à Fonte Santa, possui uma implantação no terreno envolvente que lhe transmite uma enorme visibilidade a longa distância, para quem chegasse ao Torrão vindo de Beja ou de outros lugares do espaço islâmico localizados a Sul. Curiosamente, o edifício não é visível para quem chegasse ao Torrão vindo de Norte, ou seja, do Reino de Portugal.

Como já foi referido, tanto do castelo como na *muşalla*, é visível na linha do horizonte a alcáçova da cidade Beja e um vasto território para Sul e Poente. Pensamos que tal não terá sido por acaso, mas sim fruto de um programa militar previamente delineado pelos almóadas.

Tendo em conta a grande importância que tem a orientação do muro da *qibla* e do *mihrāb* para o quotidiano muçulmano, procurámos averiguar, com base em fotografia de satélite do *Google Earth*, se essa “obsessão” na orientação de edifícios não religiosos também se podia detectar, tomando como base de análise o eixo definido por Alcácer, Torrão e Beja ⁶⁵.

O Baixo e Médio Sado são, a nível do *al-Andalus*, o espaço geográfico privilegiado para detectar as orientações sagradas, dada a ausência de relevos muito elevados.

Não vamos aqui analisar detalhadamente os dados obtidos, mas constatar com alguma surpresa que, efectivamente, existe uma ligação na orientação entre as *muşalla*(s) do Torrão e de Alcácer; e que é a partir da mesquita a céu aberto do Torrão que se processa uma rectificação do rumo, para que o edifício e “torre-*mihrāb*”, fiquem orientados para a alcáçova e mesquita de Beja.

Face ao exposto, estamos convictos que estaremos perante um edifício sem muitos paralelos no *al-Andalus*, que deve ser “lido” no contexto da época e deste espaço geográfico.

6.4. O acesso à *muşalla*: uma hipótese de trabalho

O acesso à *muşalla* seria, com base na reconstrução proposta, localizado a Norte e defendido por uma torre. Por que razão sugerimos a existência de uma torre encostada a um muro, no lado oposto ao muro da *qibla* e vigiando a porta de acesso ao interior da *muşalla*?

Se analisarmos a base da estrutura actualmente visível, verificamos que, ao nível actual do solo, é possível detectar uma base construída por grandes blocos de rochas, obtidas no local. Estes encontram-se ligados entre si por taipa de cor bege.

O aparelho do muro da *qibla* apresenta duas fases de reconstrução. A mais antiga corresponde aos alicerces, segue o modelo dos blocos de pedra ligados entre si e atinge em média quase um metro de altura, estado melhor preservada entre a estrada voltada a Sul e a torre do *mihrāb*. Separada por uma fiada de tijoleiras, a segunda fase datará já de contexto pós-islâmico, ainda que obedeça à matriz islâmica original.

A linguagem arquitectónica do conjunto, muro e torre, foi mantida. Afinal, estamos perante a melhor construção da actual área urbana do Torrão. Mesmo que o significado do edifício tenha sido perdido, manteve-se a sua qualidade de construção como mais-valia a preservar.

Em relação à localização da porta no lado Norte, no local proposto o muro original desapareceu. Em sua substituição foi construída uma potente canalização para escoamento das águas pluviais que, em excesso, poderiam ficar retidas dentro da *muşalla* e danificar a estrutura. Imediatamente ao lado, parte da actual rua foi invadida por uma construção que adossada ao corpo principal do convento das Clarissas.

Este conjunto edificado, tal como se encontra actualmente, já existia em finais do século XVIII, como é documentado no mapa de 1817 ⁶⁶. A diferença no alinhamento em relação à rua parece ser um indicador a ter em conta, que permite supor que terá havido alguma estrutura anterior que condicionou as actuais construções.

Desde o início que temos defendido uma génese almóada para este edifício.

Parece-nos importante poder comparar a volumetria da *muşalla* do Torrão com mesquitas coevas do Norte de África. Infelizmente, grande parte destes edifícios religiosos sofreu transformações arquitectónicas após a queda dos Unitários, no período em que os *Banū Marīn* / Marinidas ⁶⁷ assumem o poder político no *Magreb al-Aqsa*.

Não há dúvida que a mesquita de *Tinmal* / Marrocos, construída em taipa e correspondente ao “Sanatório *Muwahhīd*” mais venerado do Califado, possui uma leitura arquitectónica similar à *muşalla* do Torrão.



Fig. 11 – Vila do Torrão: muro da qibla.

Apesar das diferenças entre os edifícios religiosos, dado que no exemplo marroquino estamos perante uma mesquita, não deixa de ser surpreendente a semelhança patente nalguns elementos estruturais comuns.

Dado que em contexto islâmico não vemos a ocorrência de “coincidências”, temos que chegar à conclusão que a existência de um edifício desta dimensão, que escapa à lógica do local, que se pressupõe fosse em termos políticos “marginal”, é um forte indicador de uma “valorização sagrada” do Torrão, por parte de uma superestrutura estatal. E porquê? Pela utilização de recursos humanos e monetários copiosos para a construção de um edifício religioso que ultrapassa claramente o número de crentes muçulmanos que habitavam a região e que não estava ao alcance das elites locais.

Neste âmbito, entramos noutros planos de análise, como, por exemplo, os que estão directamente relacionados com o exercício do poder legítimo. Não se trata de um aspecto meramente gratuito. O detentor desse “privilegio” determina a “agenda política” de todo um território, determina a evolução da “Guerra” e possui os recursos necessários para construir. Falamos pois do “Princípio da Legalidade”.

7. O enquadramento do *Ḥiṣn Ṭurruṣ* / Torrão no relato do desastre almóada de 1184, frente a Santarém ⁶⁸

Ṭurruṣ é um topónimo bastante frequente no *al-Andalus*, podendo referenciar-se alguns exemplos na actual Andaluzia ⁶⁹.

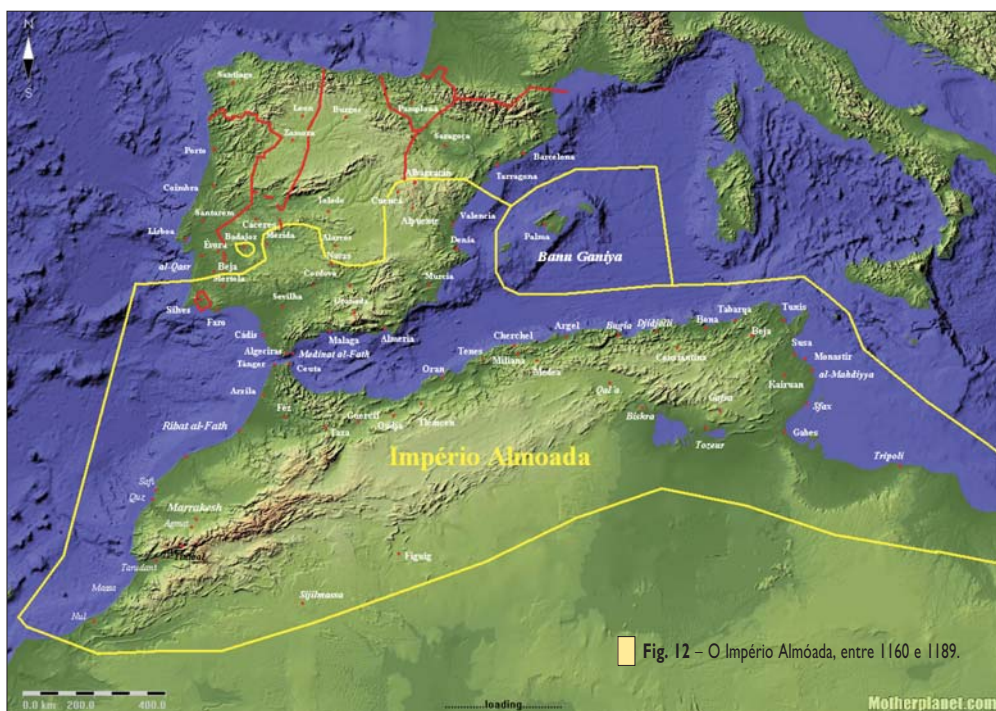


Fig. 12 – O Império Almóada, entre 1160 e 1189.

Por outro lado, verificamos que o relato de *Ibn Iḍārī*, autor que estamos a privilegiar neste estudo, não é fértil em pormenores e, por vezes, ao querer simplificar toda a trama política e psicológica dos eventos ou minorar desastres ocorridos, não diferencia os vários *Ṭurruṣ* existentes em Portugal, o que tem levado a confusões de várias ordens.

Como já afirmámos, só uma leitura atenta dos itinerários assinalados e do contexto geográfico relatado permitirá identificar o castelo *Ṭurruṣ* em causa, ou seja: nuns casos poderá ser o castelo de Torres Novas e noutro Torres Vedras.

Quando, pelo enquadramento geográfico, o *Ḥiṣn Ṭurruṣ* referido não se encaixa nos exemplos atrás

al-Andalus, anos antes da primeira expedição militar documentada, nos campos de fronteira de Algeiras, frente a Castela e por vezes contra os Nazarís.

⁶⁸ Sobre esta questão, vamos seguir de perto o texto do nosso trabalho *O Papel do Ḥiṣn Ṭurruṣ / Torrão, no Sistema defensivo Tardo Islâmico de Alcácer* (CARVALHO 2005a e 2006).

⁶⁹ Um apanhado global sobre esta questão encontra-se patente no estudo de MARTÍNEZ ENAMORADO 1998.

referidos, alguns investigadores sugerem que o autor muçulmano está a mencionar o Castelo de Coruche ou, mais raramente, o Castelo de Montemor-o-Novo, que na nossa análise não tem fundamento, tanto a nível geográfico, linguístico, como da própria conjuntura militar relatada.

A referência ao *Turruš* que nos interessa vem descrita no capítulo que *Ibn Iḡārī* dedica ao desastre de Santarém, ocorrido em 1184 e cujo resultado foi muito traumatizante para o califado almóada.

É na sequência dessa derrota militar que o califa *Abū Ya'qūb* é ferido com gravidade em Santarém e virá a falecer provavelmente no actual Torrão do Alentejo. Sucede-lhe o seu filho, *Ya'qūb*, o futuro *al-Manṣūr* ⁷⁰.

Outro elemento que importa relembrar em relação a este episódio é o comentário que Huici Miranda efectua, com base nas várias fontes muçulmanas e cristãs. Segundo ele (sic.): “*este Turruš que el “Bayan” coloca claramente en el Alentejo, no puede ser ni el Torres Vedras, que quiere Dozy, ni el Torres Novas, cerca de Tomar; que fue asaltado seis años más tarde por Ya'qub al-Mansur. No he podido localizarlo en esa región...*” ⁷¹.

O desconhecimento que tinha da geografia e toponímia portuguesas impediu Huici Miranda, nos anos 40 do século passado, de apontar o Torrão do Alentejo como a localização mais que provável do *ḥiṣn* referido no *al-Bayān I*.

Para o historiador Hermenegildo Fernandes, no âmbito de recente estudo sobre Coruche e quanto a este episódio narrado no *al-Bayān I* (sic., p. 459) ⁷²: “... o *ḥiṣn* está no caminho da grande expedição que o califa *Yusuf I* lança contra Santarém e que acabará por determinar a sua morte. Já moribundo, numa retirada em que procura aplicar o princípio da terra queimada, passará por um castelo identificável, com toda a probabilidade, com Coruche, a partir do qual pilha os arredores. Era o mês de Julho de 1184”.

Aceitamos claramente uma passagem pelo castelo de Coruche em 1184, que será novamente alvo de pilhagem e destruição. De facto, a fonte menciona textualmente a destruição de construções e pomares, antes de chegarem ao castelo do Torrão.

7.1. Publicação da notícia da morte do emir Al-Um'Minim, Abu Ya'Qub, filho de 'Abd Al-Mu'Minim, nesta campanha ⁷³

“Dice *Abū-l-Ḥayyāy Yūsuf b. 'Umar*: cuando emprendió el *Amīr al Mu' minīn* esta campaña, en la que murió, contra el enemigo del Algarve, *Ibn al-Rink* ⁷⁴, el maldito, por su mala vecindad y sus graves daños a los musulmanes, decidió dirigirse a Santarém, la ciudad de más extensos muros de *Ibn al-Rink*, la más hermosa y la más soldados, así como la más fuerte en aprovisionamientos. Avanzó contra

ellos en un avance que pasmo la resistencia de los infieles y deshizo los corazones de los cercanos de ellos y de los lejanos, llevando consigo gentes que no se pueden contar y a las que no superan las arenas ni los guijarros”.

Apesar de justificar perante os seus leitores as fortes razões que motivaram a necessidade desta expedição, por causa da “má vizinhança” e graves danos aos muçulmanos infringidos pelos portugueses de *Ibn al-Rink*, este cronista procura a todo o custo realçar o impacto da expedição e tentar minorar o desastre que representou para o poder almóada a operação militar, que deveria ser de castigo contra os portugueses, mas que resultou num desastre de proporções muito graves.

Como represália ao desastre sofrido junto das muralhas de Santarém, as tropas almóadas em retirada apressada praticaram deliberadamente uma política de terra queimada.

Refere o texto que, depois de ter sido ferido gravemente por um grupo de portugueses: “*Acampó el Amīr al-Mu' minīn en la otra orilla del río y empezaron a manifestarse los daños de la herida*” ⁷⁵.

[...] Mandó disolver la concentración y volver cada uno de ellos a su cábila en general y avanzó por medio del país ⁷⁶ y causó en él una gran desolación; mandó destruir lo que se encontró de edificios, alterar las aguas y arrancar los árboles, arrasar los sembrados y quemar todo lo que se podía destruir y hacer desaparecer por el fuego. Continuó la marcha de esta manera hasta el castillo de *Turruš* ⁷⁷ y permaneció en la cumbre de su montaña, mandando hacer algaradas sobre él y repartir las columnas por sus lados para conseguir víveres. Dio al *Sayyid Abū Zayd*, hijo de su hermano *Abū Ḥafṣ*, el mando de la mayoría de las expediciones y trajo de botín lo que se hacía difícil de conducir”.

Esta postura do exército almóada, de uma política de “terra queimada”, sancionada em pessoa pelo Emir, é muito importante, porque ajuda-nos a perceber a noção que o poder almóada tinha em relação a “Guerra”, nas regras adoptadas, em termos de deveres e limites auto-impostos!

Importa analisar com muita atenção cada palavra do texto e a sua sequência narrativa.

Como refere o autor, as tropas muçulmanas em retirada consideraram o território atravessado, entre Santarém e o Torrão do Alentejo, como espaço juridicamente cristão ⁷⁸, ou seja, fazendo parte do “Território de Guerra”.

Em contexto medieval, o pensamento jurídico islâmico dividia o mundo em duas partes: de um lado, o *Dār al-Harb* ⁷⁹, onde era legítimo executar uma política de terra queimada, contrapondo-se ao *Dār al-Islam*, onde tal actuação era rigorosamente punida.

A expressão cartográfica entre estas duas maneiras de actuar permite traçar uma linha, que traduz

⁷⁰ As fontes não são claras.

O desastre almóada é algo incómodo para relatar e a morte do emir cria um dilema complicado ao cronista, que dificulta o relato dos acontecimentos. Uns autores referem que o emir morreu pouco depois de passar o Guadiana, outros no caminho de Beja. Na realidade os elementos disponíveis não são claros. A existência de uma muṣalla no Torrão permite supor que o emir terá falecido pouco depois de o acampamento almóada ter saído do Torrão, rumo a Beja.

⁷¹ *Ibn 'Iḡārī Al-Marrākūṣī*, segundo HUICI MIRANDA 1953.

⁷² FERNANDES (2005: 459) efectuou um apanhado global sobre esta questão, sugerindo que o *ḥiṣn Turruš* corresponderá ao castelo de Coruche, hipótese que respeitamos mas não partilhámos, por razões argumentadas ao longo deste estudo.

⁷³ *Ibn 'Iḡārī Al-Marrākūṣī*, segundo HUICI MIRANDA 1953: 75-79.

⁷⁴ D. Afonso Henriques.

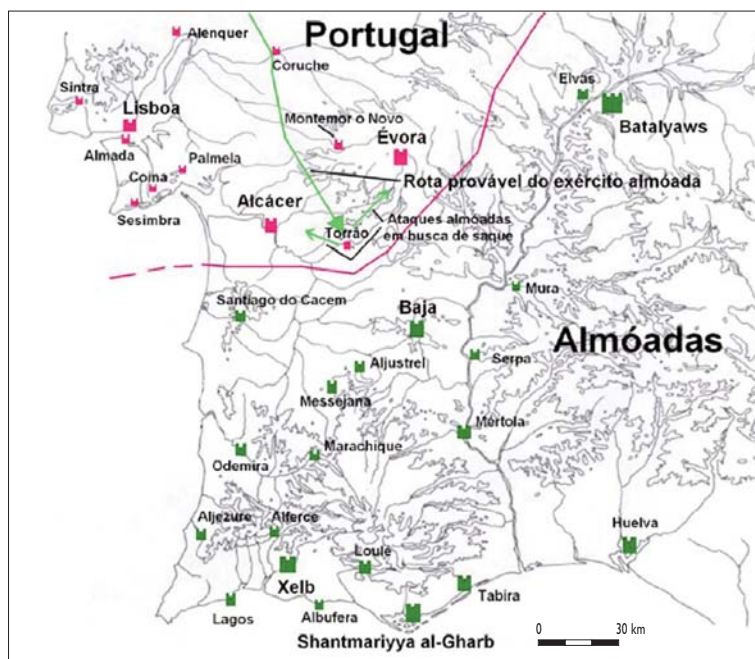
⁷⁵ “Bien claro aparece que el Califa, una vez en la orilla izquierda del Tajo, herido y abrumado por el horrible desconcierto con que se vadeó el río, sólo pensó en que su hijo *al-Manṣūr*, que se quedó en la orilla derecha, cubriendo la retirada, pasase también el río y se reuniese con él. Son puras invenciones o errores de interpretación las algaras contra Alcobaza, el ataque a Torres-Vedras o la orden de ir contra Lisboa”.

⁷⁶ “Del Alentejo que ya estaba en poder de los Portugueses, como lo demuestran las conquistas anteriores de Giraldo sem Pavor”.

⁷⁷ Primeira referência conhecida ao Torrão do Alentejo em contexto muçulmano. Estamos em 1184 e o castelo, com guarnição cristã, fazia parte da linha de defesa da fronteira de Alcácer e Évora, em posse dos portugueses.

⁷⁸ Neste caso português.

À semelhança do que acontecia nos reinos cristãos vizinhos, estes bandos irregulares estabeleciam acordos com os reis cristãos, chegando ao ponto de também estabelecerem alianças com os almóadas.



A alcáçova de Beja é recuperada com a ajuda de 500 homens provenientes de Silves, chefiados por 'Umar b. Timsalīt.

81 MATTOSO 2007: 297-299.

⁸² PEREIRA 2004: 7.

⁸³ Uma das facetas pouco conhecidas do Torrão prende-se com a sua posição estratégica de domínio do território. Se analisarmos o Torrão unicamente com base em cartografia e não estivermos no terreno, podemos chegar à conclusão que o castelo dominava visualmente um pequeno espaço geográfico envolvente, num raio de alguns quilómetros. Se estivermos no sítio dos Castelos (local do antigo castelo), mesmo à cota do chão é possível ver na linha do horizonte grande parte do Baixo Alentejo, até Beja, passando por Ferreira do Alentejo (27,5 km), serra de Grândola (minas da Caveira a 30 km, N.º Sr.º da Penha a 34 km e Atalaia a 40 km), serra da Arrábida (serra do Risco a 74,5 km, Formosinho a 70 km e serra de S. Luís a 67,5 km), Palmela (65 km) e Alcácer do Sal (25,5 km). Só para Norte é que existe um grave défice visual. Conseguir-se ver com dificuldade a serra das Alcáçovas, a pouco mais de 12,5 km, mas a visibilidade esbarra com as colinas localizadas entre os 3 e os 4 km. É, pois, de aceitar a existência de atalaias de apoio ao Torrão nesta área, hipótese apoiada na actual toponímia, que assinala várias atalaias. Em suma, verificamos que o Torrão domina visualmente o Médio Sado, num raio médio de 35 km. O ponto mais distante é a cidade de Beja, a 44 km. Para Poente, é a serra da Arrábida, junto a Sesimbra, que representa o sítio mais distante visível do Torrão, a pouco mais de 74,5 km.

⁸⁴ Temos que estar cientes que o caminho nunca era a direito, mas que seguia a estrada romana, passando por Odivelas e Alfândoa, ultrapassando em muito os 44 km obtidos em linha recta.

⁸⁵ Identificamos este castelo com o actual Torrão do Alentejo. Sobre esta questão, Huici Miranda cuja tradução do *al-Bayān I* estamos a transcrever, afirma que a palavra árabe não tem o som de *Torres*, mas se vocaliza por *Torrox*. Não nos devemos esquecer que este historiador é espanhol, sendo natural que se apoie em exemplos do país vizinho. Na nossa perspectiva, como falantes de português, onde a vocalização de certas letras tem valores diferentes do castelhano, parece-nos adequado sugerir que este som

O objectivo muçulmano é transformar Beja numa praça militar que, em articulação com Serpa, Moura e outras praças militares, possa servir de trampolim para a futura recuperação de Alcácer e Évora.

É o que vai ser tentado em 1178, quando o reconduzido governador de Beja, o berbere *ʿUmar b. Tīmṣalit* e o governador de Serpa, *ʿAli Ibn Wazīr*, aproveitando a presença de tropas portuguesas com o príncipe D Sancho na região de Sevilha, organizam uma expedição contra Alcácer, da qual saem derrotados e aprisionados pelos portugueses.

Temendo represálias do exército cristão, Beja foi de novo abandonada e os seus habitantes refugiam-se no castelo de Mértola.

Em paralelo a esta tentativa, assiste-se durante o califado de *Abū Yaʿqūb Yūsuf*, entre 1170-80, a um conjunto de expedições navais, quase todas contra Lisboa, segundo as fontes, nomeadamente em 1179, 1180 e 1184, não sendo de excluir ataques a Alcácer.

Em termos logísticos, a queda de *al-Qaṣr al-Fath* / Alcácer do Sal em 1160 tinha retirado à armada almóada uma importante base naval no Atlântico, sendo esta obrigada a socorrer-se de ancoradouros secundários, como poderá ter sido o caso de Sines, apoiado no interior do território pelo castelo de Santiago do Cacém.

Entretanto, a audaciosa conquista de Silves pelos portugueses, com o auxílio de cruzados, vai contribuir para a dispersão de recursos humanos e um natural desgaste do aparelho militar português, não sendo surpreendente a sua derrota e o retrocesso territorial português verificado após a conquista de Alcácer e da Arrábida pelas tropas califais almóadas, em 1191.

Retomando a questão da delimitação da linha de fronteira em 1184, entre o reino de Portugal e o Império Almóada, ficamos a saber que, segundo as fontes cristãs, em 1181 governava no castelo de Montemor-o-Novo D. Gonçalo Mendes, mordomo-mor e chefe militar ⁸².

Torrox (que não tem correspondência fonética em português!) poderá aproxima-se do som *Torrom* que, por sua vez, daria origem à palavra Torrão. Nesta sua tradução, Huici Miranda afirma que, eventualmente, estaremos na presença de Coruche, castelo que, segundo ele, seria a chave do Alentejo. Contudo, alguns anos depois, em 1956, quando publica a sua obra historiográfica sobre o Império Almóada, afirma-se confuso sobre a localização deste *Ḥiṣn Ṭurruṣ*, sugerindo erro do cronista ou então, corresponder a um castelo localizado no Alentejo, no caminho de Beja, mas que não

conseguiu localizar (HUICI MIRANDA 1956: 306).

⁸⁶ Existem muitas dúvidas sobre o local exacto da morte do emir. O próprio autor deste texto, a dada altura, afirma laconicamente que o emir morreu na “estrada de Beja”. Ou seja, o autor do *al-Bayān I* aponta claramente dois locais diferentes entre si, não chegando a acordo se terá sido antes ou depois de Beja. A existência de uma *muṣalla* no Torrão, com as dimensões que possui, permite supor que se o emir poderá ter falecido no Torrão, na sua tenda, instalada no que virá a ser o interior da *muṣalla*.

Apesar de as fontes de ambos os beligerantes omitirem os castelos que fariam parte dos sistemas defensivos de cada uma destas cidades, se traçarmos uma linha entre elas, ela forçosamente terá que passar perto do Torrão, tanto a Norte como a Sul.

Deste modo, o *ḥiṣn Ṭurruṣ* referido na fonte muçulmana como estando localizado na estrada para Beja e na “fronteira”, só poderá corresponder ao Torrão do Alentejo. Não se trata só da semelhança fonética da palavra *Ṭurruṣ* com o Torrão que está em causa!

Quando o exército almóada escolhe a estrada de Beja em detrimento do caminho de Badajoz, para chegar a Sevilha, toma esta opção porque sabe à priori que é o caminho mais rápido. Contudo, vai demorar um mês em viagem.

Passando entre Alcácer e Évora, a única opção que lhes resta é o caminho do Torrão.

Não é, pois, de admirar a opção muçulmana de inicial destruição e posterior recuperação deste castelo, para reforço da cidade de Beja ⁸³.

O castelo de Beja é visível do Torrão. Em linha recta são 44 km, ao longo de uma planície, mas, como o caminho nunca terá sido em linha recta, temos que aceitar que seriam necessários dois dias para se chegar a Beja. Em casos excepcionais, podia ser efectuado num dia ⁸⁴.

Curiosamente, *al-Bayān I* menciona o facto de o soberano muçulmano ter ficado alguns dias no Torrão a descansar, enquanto: “*Continuó la marcha de esta manera hasta el castillo de Turruṣ* ⁸⁵ y permaneció en la cumbre de su montaña, mandando hacer algaradas sobre él y repartir las columnas por sus lados para conseguir viveres. Dio al Sayyid Abū Zayd, hijo de su hermano Abū Ḥafṣ, el mando de la mayoría de las expediciones y trajo de botín lo que se hacía difícil de conducir.

Llegaron, pero el Califa estaba obligado a guardar cama y hacía días que no salía para recibir a nadie. Luego mandó ponerse en marcha y salió sobre su montura, acostado sobre su colchón. Continuó el regreso y su debilidad crecía, y los médicos presentes, Ibn Sur, Ibn Muqil e Ibn Qāsim, le asistían, hasta que cruzaron el Guadiana y no pudo montar a caballo; se le hizo una litera con un baldaguín encima, que lo guardaba de los aires y los criados lo rodeaban atentos a lo que necesitaba, para aliviar su estado. Se dice que al ir a verlo, algunas millas después, fue encontrado muerto ⁸⁶, el 18 de Rabī ʿal-ajir del año 580 – 29 de Julio del 1184”.

Se analisarmos num todo o texto de *Ibn ʿIdārī*, na parte referente à retirada de Santarém, chegamos à conclusão que, no longo caminho entre Santarém e Sevilha, num total provável de 368 km, o cronista só menciona o episódio do Torrão, localizado quase a meio do percurso, sensivelmente a 126 km a Sul de Santarém.

Dado que esta questão tem levantado imensas questões, insistindo alguns investigadores nos caste-

los de Coruche ou Montemor-o-Novo, com base no trabalho de Huici Miranda, parece-nos oportuno expor as posições deste arabista em relação a esta questão.

Como já foi referido, Huici Miranda, em 1953, na nota crítica que insere na sua tradução do *al-Bayān I*, sugere que eventualmente estaremos na presença de Coruche, porque este castelo, na sua opinião, seria a chave do Alentejo. Três anos depois, em 1956, numa postura pessimista, revelando um natural desconhecimento da geografia e toponímia alentejana, escreveu o seguinte ⁸⁷: “Este *Turruš* o *Torres* que el «*Bayān*» coloca claramente en el Alentejo, no puede ser ni *Torres-Vedras*, que quiere Dozy, ni el *Torres Novas*, cerca de *Tomar*, que fue asaltado seis años más tarde por *Ya’ qūb al-Manšūr*. No he podido localizarlo en esa región ni tengo la seguridad de que el «*Bayān*» lo cite con exactitud”.

Dado que ainda se mantém válida a leitura historiográfica que este arabista efectuou do desenlace das tropas almóadas na travessia alentejana em direcção a Beja, na rota para Sevilha, e pela importância que tem a argumentação exposta neste estudo, achamos oportuno transcrevê-la parcialmente, porque permite entender o que se passou no Torrão e compreender a importância que posteriormente este castelo ganhou no seio do Império Almóada, como lugar privilegiado para efectuar a “Guerra Santa” ⁸⁸: “[Depois do fracasso de Santarém] *Desmoralizado el abigarrado contingente almohade y con el Califa gravemente herido, no iba a exponerse a ser atacado por leoneses y portugueses a la par y verse acorralado entre Lisboa y Santarém con el río a la espalda*.

Emprendida la retirada hacia Sevilla, a través del territorio enemigo, se vengaron los almohades de su fracaso pasando a sangre y fuego todo el Alentejo, donde nadie podía oponerles resistencia, ya que las tropas leonesas y portuguesas se habían quedado del lado de Santarém.

El ejército almohade llega así al castillo de Turruš, en cuyas alturas acampa sin tomarlo ⁸⁹ *y, mientras el Califa descansa y es curado, lanza aigaras para arrasar el país, hacer botín y reunir vituallas, que debían ya faltar; pues la organización de los aprovisionamientos era siempre muy deficiente en sus grandes ejércitos.*

[...] *Mientras se detuvo en ese Torres tuvo el Califa que guardar cama y durante varios días nadie pudo verlo: luego continuó la marcha en una litera cubierta, que se dispuso sobre su caballo, para protegerlo del aire y del calor; atendido por los mejores*

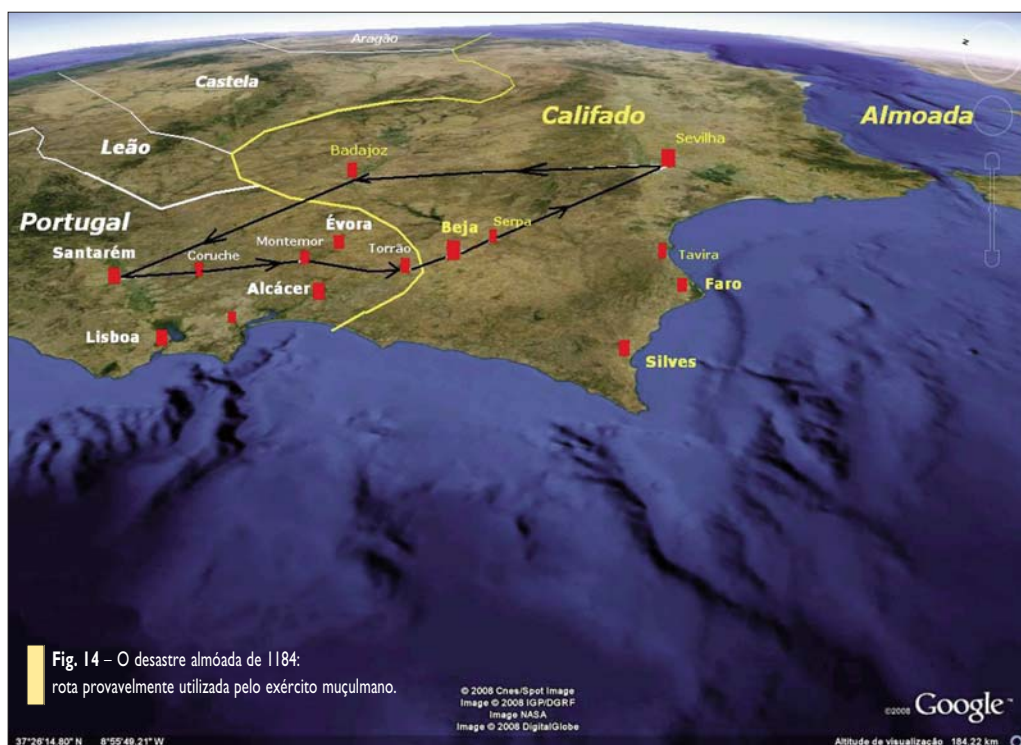


Fig. 14 – O desastre almóada de 1184: rota provavelmente utilizada pelo exército muçulmano.

médicos del Imperio. Según el «Bayān», a los pocas millas de Torres, sus servidores, al querer atenderlo, lo encontraron muerto ⁹⁰ *pero luego acepta otra versión que le hace morir en el camino de Evora.*

Las discrepancias de los demás cronistas árabes sobre el sitio y el día en que murió Yūsuf las ha puesto de relieve Dozy, justificándolas con el propósito de ocultar su defunción hasta que el heredero y todo el ejército se reuniesen en Sevilla.

A la ida desde Sevilla a Santarém por Badajoz se invirtieron unos veinte días con un ejército bien equipado y que apresuraba su marcha para tomar la plaza por sorpresa; al regreso por Evora con las tropas desmoralizadas y con el Califa herido y moribundo se tardó poco más de un mes, pues, habiéndose repasado el río del 3 al 4 de julio, al-Manšūr estaba ya en Sevilla el 6 o el 7 de agosto y, a los tres días, cuando llegó el resto del ejército y se alojó en la ciudad y en sus alrededores, fue proclamado solemnemente”.

Recuando um pouco e voltando à nossa leitura:

– O que terá acontecido no Torrão, para além da sua conquista aos portugueses e do descanso das tropas muçulmanas durante alguns dias?

– Por que foi tão importante mencionar este castelo de fronteira?

– Terá acontecido algo mais, que o autor não pode escrever?

Pensamos que sim. Segundo a crónica, o acampamento almóada terá ficado vários dias no *ḥiṣn Turruš*, tendo como objectivo a recolha de mantimentos por pilhagem no território imediatamente a Norte, porque tal seria proibido para Sul do Torrão, dado que se entrava em território islâmico.

Defendemos a hipótese de que, inesperadamente, o califa terá morrido na sua tenda.

⁸⁷ HUICI MIRANDA 1956: 306, nota 3.

⁸⁸ HUICI MIRANDA 1956: 306-307.

⁸⁹ Não entendemos porque razão Huici Miranda afirma que o castelo não foi tomado. Reconhecemos que o texto do *al-Bayān I* é ambíguo e que textualmente omite a conquista. Contudo, perante um exército poderoso e numeroso como era o almóada, o castelo do Torrão terá tido poucas hipóteses de sair ileso, sendo de admitir a sua conquista e destruição. A preocupação do cronista, dado que está a escrever para o poder político, é falar do estado de saúde do Califa, dramatizando o ambiente então vivido, não se preocupando com o destino do castelo do Torrão (HUICI MIRANDA 1956: 78), “... permaneció en la cumbre de su montaña, mandando hacer algaradas sobre él y repartir las columnas por sus lados para conseguir víveres”.

⁹⁰ O sublinhado é nosso. O que Huici Miranda afirma e que importa valorizar, é a ocorrência da morte do Califa junto ao Torrão, pouco depois de o exército muçulmano ter iniciado a marcha. É este o elemento documental que temos vindo a realçar ao longo deste trabalho e, que na nossa hipótese de trabalho, permite entender a construção da *muṣalla* onde se localiza, coincidente com o provável acampamento califal, entre o castelo do Torrão, localizado a Poente, e a Fonte Santa (obra romana ainda em uso), que se encontra a Nascente.

Por determinação política, que presumimos tenha sido tomada no *ḥiṣn Ṭurruṣ* / Torrão, o poder foi assumido por *Ya'Qūb*, por aclamação presenciada por um grupo de fiéis seguidores. Estava em causa a coesão política do Império.

Sobre esta questão, é importante transcrever o texto de *Ibn 'Iḡārī*, a propósito dos acontecimentos que defendemos terem ocorrido no Torrão, intitulado *Noticia Resumida de Su Proclamación*⁹¹: “*Cuando murió su padre, como se expuso antes*⁹², *se oculto la noticia y la cabalgadura siguió la marcha con él, tal como estaba, hasta que llegó a parar en el sitio de etapa y se plantaron sus tiendas, según la costumbre corriente, rodeándolo los servidores y los pajes con el silencio y el aparato acostumbrados. Cuando se llevó a cabo la instalación y se completo la llegada de la gente, envié el Sayyid Abo Zayd enseguida por algunos de los hijos mayores y personajes almohades y jeques de tribus y les hizo un discurso, proponiéndoles la proclamación del emir Abū Yūsuf. Vieron al emir Abū Ya'qūb amortajado ante ellos y lo proclamaron – a Ya'qūb – al atardecer, hasta que anocheció ese mismo día, dejando de notificarse a aquellos de cuya fidelidad se sospechaba y de cuya sinceridad se dudaba.*

Continúo la marcha después de esto y a la cabalgadura, tal como estaba, se le prestaba atención y se descargaban las tiendas y las banderas de la misma manear y se ocultaba la divulgación y la declaración de su murete. Fue amortajado, se hizo la oración por él, se le metió en un ataúd y se avanzó con él hasta Sevilla. Al llegar a esta, descanso Abū Yūsuf Ya'qūb al-Manṣūr en hela tres días, hasta que se concentro toda la gente y se completaron los campamentos con la llegada de los contingentes árabes y de las demás categorías de soldados, que se establecieron en Sevilla y sus inmediaciones.

Al llegar el viernes, 1º de ʿĪmāda al-ūlā – 10 de Agosto del 1184 – se convoco a la gente, nobles y plebeyos, para la proclamación y asistieron los que debían asistir y los que tenían cabida en la alcazaba, el citado día y al siguiente, sábado – 11 de Agosto – con arreglo a sus categorías y derramo sobre sus parientes y la gente de su casa un torrente de favores, distinguiendo al Sayyid Abū Zayd con diez mil dinares entre la gente de su casa, por haberse adelantado en su servicio”.

7.2. A conquista almóada do ḥiṣn Ṭurruṣ / Torrão

Quais seriam as vantagens da implantação de um acampamento almóada no lugar onde posteriormente foi erguido a *muṣalla*?

- Boa visibilidade sobre o castelo do Torrão, nessa fase em posse dos portugueses;

- Amplo espaço livre para instalar o acampamento militar almóada;

- Boas pastagens para os animais;

- Fácil acesso à “Fonte Santa”, construção de génese romana localizada a alguns metros para Nascente. As suas águas poderiam ser já nesta época conhecidas pelas características terapêuticas que, neste caso, poderiam ajudar na cura do emir;

- Excepcional contacto visual com Beja, a principal base militar almóada neste sector da fronteira, dado que Alcácer e Évora estavam em mãos portuguesas.

É provável que a primeira opção tomada em relação com o castelo do Torrão, localizado na linha de fronteira e com boa visibilidade sobre Beja, consistisse em destruir uma base militar portuguesa de fronteira.

Neste sentido, entendemos por que razões foram simultaneamente enviadas colunas de tropas para efectuar pilhagens na região. Não só obtinham-se recursos para a viagem, como tornava-se difícil uma futura recuperação do Torrão por parte dos portugueses instalados em Évora ou Alcácer⁹³.

Se o objectivo inicial fosse a transformação do Torrão numa base militar almóada, teria sido contraproducente efectuar essa política de terra queimada neste local, porque tal iria inviabilizar a recuperação imediata do castelo.

O que veio alterar a posição estratégica do Torrão terá sido a morte inesperada do soberano almóada. O facto foi mantido em segredo, só sendo revelado após a chegada das tropas a Sevilha, demonstrando uma “fragilidade da estrutura política *Muwaḥḥid*”.

Admitimos com base neste procedimento o que é sugerido pelo relato que temos vindo a analisar, que o Torrão em 1184 terá sido deixado ermo após a sua conquista e “destruição”.

O califa que faleceu no Torrão ficou conhecido por ter mandado redigir um “tratado” sobre a *ʿĪhād* antes de seguir para a campanha militar de Santarém.

Nada mais adequado para perpetuar a sua memória como mártir, senão construir uma *muṣalla* com funções de *ribāṭ*.

A fortaleza do Torrão terá sido recuperada pelos almóadas após a investidura oficial de *Ya'Qūb*, que teve lugar em Sevilha, perante os notáveis, numa sexta-feira, 1º de ʿĪmāda al-ūlā (10 de Agosto de 1184⁹⁴). Pouco depois segue para *Ribāṭ al-Faṭḥ* / Rabat, para formalizar a proclamação no Magreb.

Deste modo, defendemos que a obra terá tido início em 1185 ou no ano seguinte, implicando a transformação do *ḥiṣn Ṭurruṣ* num *ribāṭ*, que irá funcionar como uma cunha enclavada no reino de Portugal, entre Alcácer e Évora, até 1191.

A *muṣalla* do Torrão, provavelmente construída para homenagear a morte de um califa será, sem dúvida, um monumento único no território do *al-Andalus*.

⁹¹ *Ibn 'Iḡārī Al-Marrākūṣī*, segundo HUICI MIRANDA 1953: 87-88.

⁹² *Ibn 'Iḡārī Al-Marrākūṣī*, segundo HUICI MIRANDA 1953: 78-79.

⁹³ Ambas as cidades encontraram-se a pouco mais de um dia de jornada.

⁹⁴ *Ibn 'Iḡārī Al-Marrākūṣī*, segundo HUICI MIRANDA 1953: 87.

8. O soberano muçulmano como promotor de obras arquitectónicas

O soberano muçulmano tem ao seu dispor mecanismos de ordem ideológica e recursos que lhe permitem tornar-se num promotor de obras arquitectónicas (ver Tabela 2, segundo Juez Juarros ⁹⁵). Dada a vastidão do tema, iremos privilegiar uma abordagem centrada no *al-Andalus* e nos séculos XII-XIII.

Em termos globais, a arquitectura é em si mesma uma demonstração do poder soberano, seguindo uma tradição que remonta à Antiguidade. Deste modo, estamos perante uma das actividades inerentes à condição de governante.

Mas, no Islão medieval, a arquitectura não era só uma fonte de prestígio e de virtude, como também representava a manifestação do poder que se oferecia a Deus e ao Islão, de uma forma que “ganhava” um carácter quase sagrado.

Estamos perante um veículo de propaganda ao serviço do poder estabelecido.

Neste sentido, referimos umas palavras atribuídas ao califa omíada do *al-Andalus*, *‘Abd al-Rahmān III*, recolhidas por *al-Maqqarī* ⁹⁶: “*Los monarcas perpetúan el recuerdo de su reinado mediante el lenguaje de las bellas construcciones. Un edificio monumental refleja la majestad del que los mandó erigir*”.

Apesar destes princípios orientadores, as dinastias que mais obras levaram a cabo no *al-Andalus* terão sido as dos califas omíadas de Córdoba, o califado almóada e o sultanato nazári. Os Merinidas concentraram as suas obras em Aljeciras.

Segundo as fontes muçulmanas, sabemos que o papel do soberano ia mais além do mero financiamento das obras.

São vários os exemplos relatados em que o soberano intervém pessoalmente na obra e, noutras ocasiões, actua como arquitecto.

Na maior parte das vezes, as fontes referem o soberano como supervisor da planificação dos trabalhos, demonstrando assim a clara possibilidade de actuação como construtor ⁹⁷.

Sobre esta questão, *Ibn ‘Idārī* refere que o emir almorávida *Abū Bakr* inspeccionava pessoalmente a construção da muralha de Marraquexe.

Mais tarde, é *Ibn Simāk* que afirma, em relação à construção de Gibraltar, o papel que terá desempenhado o califa *‘Abd al-Mum‘min*, quando este “*delineó su perímetro por su mano*”. Sobre esta mesma campanha de obras, *Ibn Šāhib al-Salā* escreveu que terá sido o seu filho e *sayyid* (governador militar) de Granada quem dirigiu as obras, junto com o *sayyid* de Sevilha, seguindo as orientações do califa: “*y se dedico a ello con todo empeño, cuidándose en todo momento de la marcha de las construcciones y de cómo podría ayudar en todo lo posible*” ⁹⁸.

Tabela 2

Os Soberanos Muçulmanos e as Obras Arquitectónicas

Arquitectura Religiosa As Mesquitas / <i>Muṣalla(s)</i>	Arquitectura Palatina	Outras Intervencões
Portas	Fortificações	Arquitectura militar
Alminar ^{a)}	Portas	Obras de utilidade pública
Área da <i>Maqsura</i> ^{b)}	Salões	
<i>Mihrāb</i>	Jardins	
<i>Sabat</i> ^{c)}	Oratório	
<i>Almimbar</i> ^{d)}	Banhos	
	<i>Raudas</i> ^{e)}	

- a) Torre do minarete anexo à mesquita.
- b) lugar reservado ao soberano dentro da sala de oração da mesquita.
- c) passadiço coberto entre duas construções.
- d) Púlpito situado à direita do *mihrāb*, voltado para os crentes em oração.
- e) Cemitério familiar ligado ao soberano.

Num outro patamar da questão, podemos citar o exemplo do emir Merinida *Abū Yūsuf Ya‘qūb*, que mandou construir um muro em Salé depois da incursão de Afonso X: “*asistía a las obras en persona y asentaba las piedras por su mano para obtener la recompensa divina, por humildad y por proteger a los musulmanes hasta que terminó la obra y la fortificación*”.

9. As cerâmicas islâmicas do Torrão

Em termos globais, são escassas as cerâmicas provenientes da área urbana do Torrão existentes nas reservas do Museu Municipal Pedro Nunes.

Grande parte dessa documentação enquadra-se na Pré-História Recente ⁹⁹, no Período Romano ¹⁰⁰ e Pós Medieval-Moderno ¹⁰¹.

Raros são os exemplares claramente atribuíveis ao Período Islâmico. As produções cerâmicas islâmicas do Torrão continuam uma questão em aberto.

Apesar dos dados preliminares actualmente disponíveis serem manifestamente insuficientes, é, contudo, possível sugerir os seguintes indicadores:

– Admitimos que predominem no Torrão as produções locais, com base nas argilas e elementos não plásticos locais, onde predominam as rochas metamórficas e alguns afloramentos de granitos, resultando deste modo peças de pastas escuras, bastante espessas, ricas em mica. Em termos tipológicos, aproximam-se mais das produções de Évora e afastam-se das produções típicas do estuário do Sado, numa sequência de continuidade que é patente desde o Período Romano, numa vasta área do Médio Sado, desde S. Romão até ao Torrão;

– É provável que as produções típicas do estuário do Sado, de pastas arenosas, tenham chegado ao Torrão, o que é verificável em contexto romano e, provavelmente, terá ocorrido em menor escala em contexto islâmico.

⁹⁵ JUEZ JUARROS 1999: 14.

⁹⁶ Segundo JUEZ JUARROS (1999: 50), estamos perante palavras apócrifas, mas que revelam o pensamento da corte neste âmbito.

⁹⁷ JUEZ JUARROS 1999: 53.

⁹⁸ JUEZ JUARROS 1999: 56.

⁹⁹ Sítio dos Castelos, antiga área do castelo do Torrão.

¹⁰⁰ Fonte Santa e Penedo Minhoto.

¹⁰¹ Sítio dos Castelos.

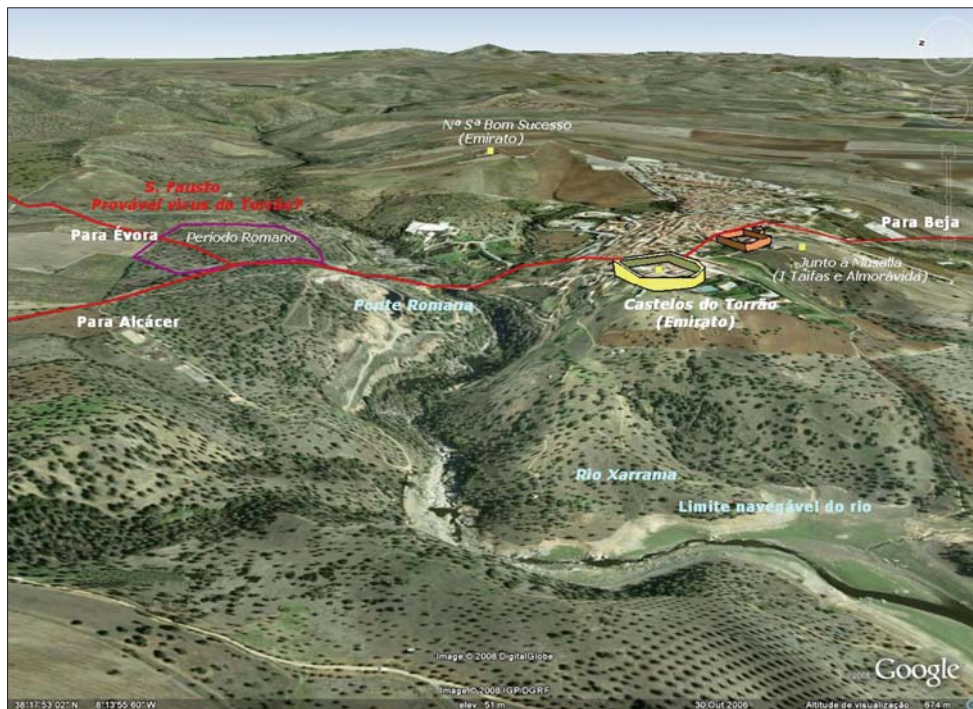


Fig. 15 – Localização das cerâmicas muçulmanas identificadas.

Face ao panorama actual do estudo das produções cerâmicas islâmicas do Torreão, e dado que até este momento nada foi publicado sobre a questão, achamos oportuno apresentar neste estudo três exemplares que se encontram nas reservas do Museu Municipal de Alcácer. Reconhecemos que é uma amostra insuficiente, mas é o que temos de momento disponível para estudo, que permite clarificar uma questão que desde há algum tempo temos defendido:

– Existe uma ocupação humana no Torreão desde os períodos romano e visigótico, que se mantêm após a conquista islâmica. Julgamos que tal facto terá permitido manter até hoje o topónimo romanizado de *Turres*, porque, em contexto islâmico, essa denominação arabiza-se foneticamente para *Turreš*.

Desconhecemos o que terá acontecido dos séculos VIII-IX (Emirato) até ao século XII (Fase Magrebina). Contudo, o aparecimento de um fragmento descontextualizado junto à *muşalla*, datável dos séculos XI-XII (Fase das I^{as} Taifas e Almorávida) é um elemento a ter em conta.

Os fragmentos cerâmicos em estudo são provenientes de três locais distintos, apresentados por sequência cronológica: Ermida de Nossa Senhora do Bom Sucesso, Castelos do Torreão e junto à *muşalla*.

9.1. Ermida de Nossa Senhora do Bom Sucesso

Fragmento de parede, de forma indeterminada. É provável que corresponda a um pequeno contentor.

Pasta local, que segue os modelos tardo-romanos e visigóticos. Apresenta abundantes elementos não plásticos de tamanho médio de cor branca (rochas metamórficas locais), mica e grãos de quartzo. Ambas as superfícies apresentam-se alisadas.

Na superfície externa, apresenta um longo e profundo sulco, com marca de uma corda, junto ao qual, numa sequência que sugerimos fosse paralela, desenvolve-se uma sequência de linhas onduladas a pente.

Espessura da parede: 20 mm.

Comentário: o tipo de pasta, associado à decoração de “sulco de corda”, é comum nas produções romanas do Médio Sado na região do Torreão. Paralelos interessantes podemos encontrar na ocupação romana e visigótica de S. João dos Azinhalis, onde foi erguida uma igreja no século VII, dedicada a dois mártires hispânicos: Justo e Pastor ¹⁰². Este mesmo apontamento decorativo apareceu numa cerâmica tardo-romana e visigótica da *villa* romana de Santa Catarina de Sítimos, junto a Alcácer. Os melhores paralelos podemos encontrar na região do Alqueva, num conjunto de ocupações rurais desta fase, interven-

cionadas pela equipa coordenada por João Carlos Faria e cujo estudo, concluído em 2005, aguarda publicação. Contudo, a presença de linhas onduladas a pente é um apontamento decorativo aparentemente ausente em contexto visigótico no Baixo e Médio Sado e no Alqueva, mas que poderemos encontrar em algumas cerâmicas Emirais do Alto da Queimada e Castelo de Palmela, o que nos permite sugerir que estamos em presença de uma cerâmica cronologicamente muçulmana Emiral, que segue o modelo tardo-romano.

9.2. Castelos (local do castelo medieval do Torreão)

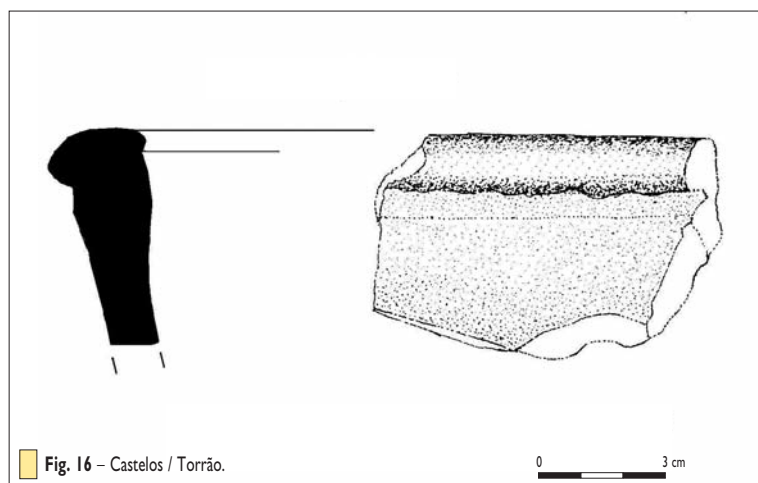
Fragmento de parede, de forma provavelmente associada a uma grande çaçoila.

As superfícies apresentam-se alisadas. Na superfície externa, apresenta junto ao bordo uma mancha de lume. A pasta apresenta abundantes elementos não plásticos de grão médio e fino (mica, feldspato e quartzo cristalino). Corresponderá a um fabrico local, dado que a pasta apresenta afinidades com o contexto geológico do Torreão.

Diâmetro indeterminado. Espessura do bordo: 22 mm. Espessura da parede: 15 mm (junto ao arranque do bordo) e 9 mm.

Comentário: os dados actualmente disponíveis referentes às cerâmicas do Torreão e Alcácer do Sal, desde a Pré-História até à actualidade, permitem concluir que estamos perante uma produção local, cronologicamente enquadrada em contexto muçulmano Emiral.

¹⁰² Sobre esta questão, consultar o nosso trabalho *Torreão do Alentejo: breve resenha histórica sobre romanização e islamização* (CARVALHO 2008b).



Tanto em Alcácer como em Palmela, variantes desta tipologia apareceram em contextos califais e posteriores.

Parecem corresponder a formas com escassa expressão numérica, apresentando um tamanho menor e uma pasta diferente, ligada à base geológica do Baixo Sado e Arrábida.

Pelo tipo de pasta e de cozedura, a torno “semi-lento”, e com base nos dados disponíveis de Alcácer, o exemplar encontrado no castelo do Torrão permite-nos inserir esta cerâmica em contexto Emiral (século IX).

9.3. Junto à muşalla

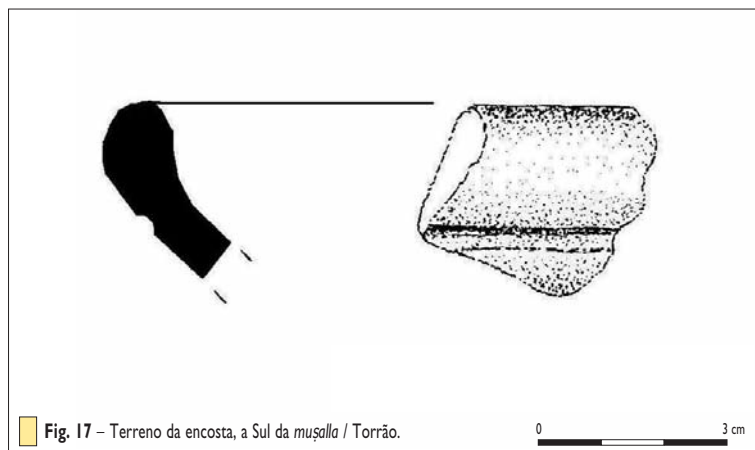
Fragmento de parede, de forma associada a uma taça.

As superfícies apresentam-se alisadas. A superfície externa apresenta uma cor acastanhada escura. O bordo e a superfície interna apresentam-se avermelhados, sendo perceptível a existência de espatulado. Pasta local, com elementos não plásticos idênticos ao do exemplar recolhido nos Castelos, mas com menor expressão. A pasta apresenta a mesma cor da superfície externa.

Diâmetro indeterminado. Espessura do bordo: 10 mm. Espessura da parede, fora do bordo: 8 mm.

Comentário: o tipo de tratamento de superfície associado a esta forma tipológica corresponde a uma tipologia bastante comum, que aparece em locais de ocupação islâmica, desde Palmela e Lisboa até Santarém, diferindo no tipo de pasta. Estamos em presença de um fabrico provavelmente local.

Esta forma também aparece no castelo de Alcácer do Sal, diferindo no tipo de pasta. Segundo os dados actualmente disponíveis para os locais atrás referidos, esta tipologia e as suas variantes têm uma certa expressão nos contextos pós-califal Taifa e Almorávidas. Admitimos uma cronologia semelhante para o exemplar do Torrão.



10. Em jeito de conclusão

10.1. Será que estamos em presença de uma obra saída das orientações do califa al-Manşūr?

Uma das questões que legitimamente se deverá levantar neste estudo, é determinar as razões que terão levado *al-Manşūr* a escolher uma *muşalla* / *şarī'a* para homenagear a memória de seu pai como mártir da campanha de 1184 e exemplo a seguir.

Como já foi exposto, ambos os califas são defensores da “Guerra Santa” como expressão máxima das suas funções políticas.

As fontes documentais actualmente conhecidas nada nos dizem sobre o porquê da opção arquitectónica usada no Torrão. Contudo parece-nos importante valorizar adequadamente uma referência escrita deixada por *Ibn 'Iḡārī* ¹⁰³, quando este nos dá a notícia da marcha de *al-Manşūr* de Sevilha, após a sua proclamação oficial como novo soberano do Império Almóada, quando segue em viagem em direcção a Tarifa, para depois embarcar para o Magreb.

O cronista, ao longo do texto, salienta o carácter pio do novo soberano ainda em Sevilha: “*Se adorno una galera frente al pabellón de las recepciones a orillas del río y se llevó a cabo el saludo de todos; se presentó el ejemplar noble del Alcorán y entró al-Manşūr en la galera a media mañana del citado día...*”.

¹⁰³ *Ibn 'Iḡārī* Al-Marrākūšī, segundo HUICI MIRANDA 1953: 90.

Depois de sair de Sevilha, toma uma rota terrestre até Tarifa, onde aguarda a frota naval, antes de embarcar para Ceuta.

Enquanto aguarda, o soberano almóada instalou-se na *muṣalla* / *šari'a* de Tarifa com alguns dos seus fiéis seguidores: “*Se instaló en la casa bendita en la Šari'a (de Tarifa) y la dicha era su acompañamiento y el aire le fue favorable*”.

Será que este episódio influenciou a sua decisão de criar uma estrutura idêntica no Torrão, adequada ao prestígio imperial e para estimular a *Yihād*?

Não sabemos, mas é uma hipótese a ter em conta. Outros exemplos conhecidos, referentes ao século XIII, são claros na utilização das *muṣalla*(s) como espaços adequados para a ocorrência de cerimónias de natureza política e de afirmação do poder, quando os seus intervenientes aspiram à legitimidade.

Estudos recentes têm dado a conhecer a obra arquitectónica promovida por este soberano almóada ao longo do império.

Não temos dúvida nenhuma de que a cintura defensiva *muwaḥḥid* de *Qaṣr al-Faṭḥ* / Alcácer do Sal, também terá sido erguida segundo as suas orientações. Sobre esta questão, temos o relato lacónico de *Ibn 'Idārī*, no *al-Bayān I*, quando textualmente afirma que o califa ficou alguns dias em Alcácer, para delinear o plano de obras para a transformar de novo numa cidade islâmica, valorizando a sua componente militar e expressão naval ¹⁰⁴.

Tendo em conta a ausência de fontes documentais directamente relacionadas com as obras almóadas realizadas no Torrão ¹⁰⁵, parece-nos oportuno citar a notícia dada a conhecer por *Ibn Abī Zar*, que nos permite ter uma noção do volume imenso de obras mandadas executar por *al-Manṣūr*, até 1195, onde, naturalmente, deveremos incluir a *muṣalla* do Torrão ¹⁰⁶: “*Hizo célebre el año de Alarcos, fortificó el imperio, aseguró las fronteras y construyó mezquitas y escuelas en Ifrīqiyya, el Mágreb y en al-Andalus; edificó el hospital para los enfermos y los dementes (al-māristān li-l-marḍā wa-l-muḡānīn); señaló pensiones a los alfaquíes y letrados, a cada uno según su grado; creó rentas para los enfermos del hospital (ahl al-māristān), para los leprosos (wa-l-ḡaḍmā) y los ciegos en todas las provincias...*”.

Recentemente, Rasha Ali ¹⁰⁷ efectuou uma interessante síntese sobre a obra e a vida de *al-Manṣūr*, privilegiando duas perspectivas: a Arquitectura e a Guerra Santa.

É importante reflectir sobre o que este investigador escreveu com base no trabalho de Terrasse ¹⁰⁸. Decidimos transcrever um pouco do texto original em inglês, porque é importante insistir nesta visão particular de *al-Manṣūr* como patrono de obras de arquitectura, para entendermos adequadamente a obra do Torrão: “*As a patron of architecture, they*

moreover regarded him as the greatest builder of the Muwaḥḥid dynasty. Abu Yusuf continued to build without ceasing, even during his raids and campaigns, and as attested by the monuments he left behind, he proved to be an indefatigable patron who can be counted as one of the great builders of the Islamic world. The reign of this ambitious sovereign was marked by a distinct sense of grandeur and the architects deliberately adopted the theme of unusual and the immense in their building”.

Este investigador não hesita em afirmar: “*Nevertheless, al-Mansur still counts as a phenomenon of genius in Maghribi history as attested by the accounts of his contemporaries and modern historians and scholars*” ¹⁰⁹.

Segundo o *al-Bayān I* ¹¹⁰, *al-Manṣūr* esteve por detrás da conquista do Torrão, em 1184.

É provável que tenha pensado erguer um memorial em honra do seu pai falecido no Torrão. Por isso, admitimos que, após ter assumido o califado oficialmente em Sevilha e confirmado a cerimónia em Marraquexe, este tenha emitido ordens para o início da construção da *muṣalla* no Torrão.

Quando, em 1190, *Nur al-Dīn*, o soberano *Ayyubīa* do Egipto, solicitou a armada almóada para expulsar os cruzados da Palestina, *al-Manṣūr* recusou. Sabemos hoje que estava a preparar a conquista de Alcácer.

Mas por que razão era esta cidade tão importante para ele, a ponto de lhe ter mudado de nome após a conquista, para *Qaṣr al-Faṭḥ* / Alcácer do Sal?

O nome tem claramente uma conotação ligada a *Yihād* e encontra-se associado a mais duas *al-Faṭḥ*(s), ambas igualmente localizadas junto ao oceano e bases para a “*Yihād* naval”.

Na realidade, estamos perante as portas do Império, na perspectiva almóada.

É interessante recordar o que foi escrito por *Ibn Saḥid al-Salah* ¹¹¹, quando este explica por que razão o local do *al-Udwatayn* (as duas margens/do rio) assinalada por *Ibn Hawqal* como *ribāt* no seu livro *Kitāb al-masalik* (em 977-978), foi rebaptizado para *Ribāt al-Faṭḥ* / Rabat.

Tal facto deve-se a ‘*Abd al-Mu'min*, o primeiro soberano almóada, que mandou construir uma *qasba* na margem esquerda do rio *Bu Rigrig*, frente a Sala, com a intenção de reunir tropas ¹¹².

Curiosamente, *Al-Nasiri*, que escreveu um manuscrito sobre Sala e *Ribāt al-Faṭḥ* / Rabat, fala da *Yihād* naval ¹¹³, porque o local era, na perspectiva do primeiro califa almóada, o mais adequado para esse efeito, devido à sua localização sobre o estuário do rio, que constituía uma barreira natural contra invasões por mar.

É interessante verificarmos que este padrão identificado para Rabat, de se comportar como sede militar para a “Guerra Santa Naval”, com receio de invasões marítimas, de ter uma localização geográfi-

¹⁰⁴ “Se dió al-Manṣūr a disponer los asuntos del castillo y sus condiciones y a arreglar lo que aparecía perturbado; lo guarneció con soldados regulares y otros hombres y señaló para su población cantidades mensuales y anuales de los márcenes de Sevilla e Ceuta, constante y perpetuamente, en prosperidad y perfección” (*Ibn 'Idārī Al-Marrākūṣī*, segundo HUICI MIRANDA 1953: 169-170).

¹⁰⁵ Na realidade, desconhecemos o papel que terá desempenhado o 3º soberano almóada na definição arquitectónica da *muṣalla*.

¹⁰⁶ FRANCO SÁNCHEZ 1999: 146.

¹⁰⁷ ALI 2002.

¹⁰⁸ ALI 2002: 2-3.

¹⁰⁹ ALI 2002: 3.

¹¹⁰ *Ibn 'Idārī Al-Marrākūṣī*, segundo HUICI MIRANDA 1953: 77-78.

¹¹¹ AL-SALAT, *Ibn Saḥib: al-Man b. al-Imāma*, p. 33, citado por SALAMEH 2001.

¹¹² SALIM, *Madinat al-Rabat*, p. 30, referido por ALI 2002: 7.

¹¹³ *Makhtut Sala wa Ribat al-Faṭḥ bi'l-Khizana al-Sabihyya bi Sala*, em SALIM, *Madinat al-Rabat*, p. 22, referido por ALI 2002: 7.



Fig. 18 – O Império Almóada, entre 1203 e 1212.

ca junto ao Atlântico, no interior de um estuário, e a adopção do nome *al-Fath*, também se aplicou a *Qaṣr al-Fath* / Alcácer do Sal, ajudando deste modo a explicar a sua importância na estratégica belicista magrebina.

Se associado, à base militar alcacerense, inserirmos o papel desempenhado pela *muṣalla* do Torrão como *ribāṭ*, estamos perante um território fortemente militarizado, considerado num todo, como a porta que defende todo o sector Norte do califado almóada, entre o oceano Atlântico e Badajoz, vocacionado para a “Guerra Santa”, tanto marítima como terrestre.

Outra mais-valia deste território de fronteira é o seu fácil acesso por via oceânica, desde o Magreb ou outras partes do litoral do *al-Andalus*.

Recentemente, avançamos a hipótese do imponente arco que se encontra no lado ocidental da alcáçova de Alcácer do Sal poder corresponder aos restos da *Bab al-Qasba* ¹¹⁴ / porta de acesso à alcáçova, que teria uma gramática decorativa semelhante às encontradas nas portas monumentais de Rabat e Marraquexe ¹¹⁵.

Este dado interessante, também veio reforçar a importância de Alcácer no seio do califado almóada.

Uma questão que pode ser posta é a de determinar que papel terá assumido o soberano almóada em relação ao Torrão.

Segundo as crónicas, estamos convictos que ele criou as condições necessárias para dar início à obra. Segundo o arabista Huici Miranda, após ter tomado posse como novo califa, *al-Manṣūr* celebrou umas tréguas de cinco anos com os portugueses.

Mas, enquanto decorria a obra do Torrão, entre 1185 e 1190, *al-Manṣūr* mandou renovar a *qasba* de Marraquexe, para nela instalar o centro administrativo do seu império, assim como as sedes das tribos

almóadas e as instalações dos soldados mercenários cristãos.

Em 1190 passa pela região para pôr cerco a Torres Novas e a Tomar. No ano seguinte, conquista Alcácer e, após o seu regresso vitorioso de Alarcos, em 1195, vai transformar *Ribāṭ al-Fath* / Rabat na nova capital imperial, em obras que deverão ter sido concluídas em 1197, assumindo nessa altura o título honorífico de *al-Manṣūr bi. Allah*.

Para Salim, “*The building of al-Rabat is one of the wonders that God entrusted to the hands of this greatest sultan and which attests to his wide scope of thoughts, as it is rather rare that such a glamorous city would exist unless its founder is a great wise man...*” ¹¹⁶.

¹¹⁴ CARVALHO 2007: 67-68.

¹¹⁵ As três portas monumentais de cronologia almóada actualmente conhecidas, foram mandadas edificar por *al-Mansur* nas duas capitais imperiais que instituiu e serviam para dar acesso à alcáçova imperial. A primeira delas foi erguida em Marraquexe, antiga capital do Império Almorávida e tem o nome de *Bab Agnaw* (*Bab al-Qasr*; *Bab al-Kuhl*). Depois foi a promoção de *Ribat al-Fath* / Rabat para capital imperial, após a vitória de Alarcos em 1195, foram construídas as portas de *Bab Qasbat al-Wudayya* e a *Bab al-Ruwah*. O exemplo sugerido para Alcácer levanta mais problemas que respostas. Se efectivamente estamos perante os restos de uma porta monumental do tipo magrebino, aparentemente exemplar único no *al-Andalus*, a sua construção terá que ser coeva da renovação do sistema defensivo almóada que foi implementado em Alcácer imediatamente após a conquista de 1191. Estamos, por isso, perante uma porta construída depois da obra análoga de Marraquexe e antes das duas portas de *Ribat al-Fath* / Rabat. Que significado tem esta porta alcacerense para o Baixo Sado Almóada? Naturalmente que servia de suporte à

propaganda do califado, na guerra psicológica contra o reino de Portugal, mas esta porta associada a *al-Fath* também servirá de incentivo para a Guerra Santa. Admitimos que a gramática decorativa empregue na porta alcacerense seria modesta, mas desconhecemos como seria, dado que nada chegou até nós. Os exemplares magrebinos possuem frisos epigráficos alusivos ao Corão. Para *Ribat al-Fath* / Rabat (segundo ALI 2002: 9), foi aplicado na *Bab Qasbat al-Wudayya* o seguinte texto, retirado da *Surat al-Fath* 48:1-4 – “*I seek refuge with God from Satan the cursed, In the name of God the Merciful the Compassionate. God praise Muhammad and his family. Verily, we have granted thee a manifest victory: // That God may forgive thee thy faults of the past and those to follow; fulfil his favour to thee; and guide thee on the Straight way; // And that God may help thee with powerful help // It is He who sent down Tranquillity into the hearts of the Believers, that they may add Faith to their Faith; - For God belong the Forces of the heavens and the earth; and God is exalted in Power, full of Wisdom*”.

¹¹⁶ SALIM, *Madinat al-Rabat*, p. 176, referido por ALI 2002: 8.

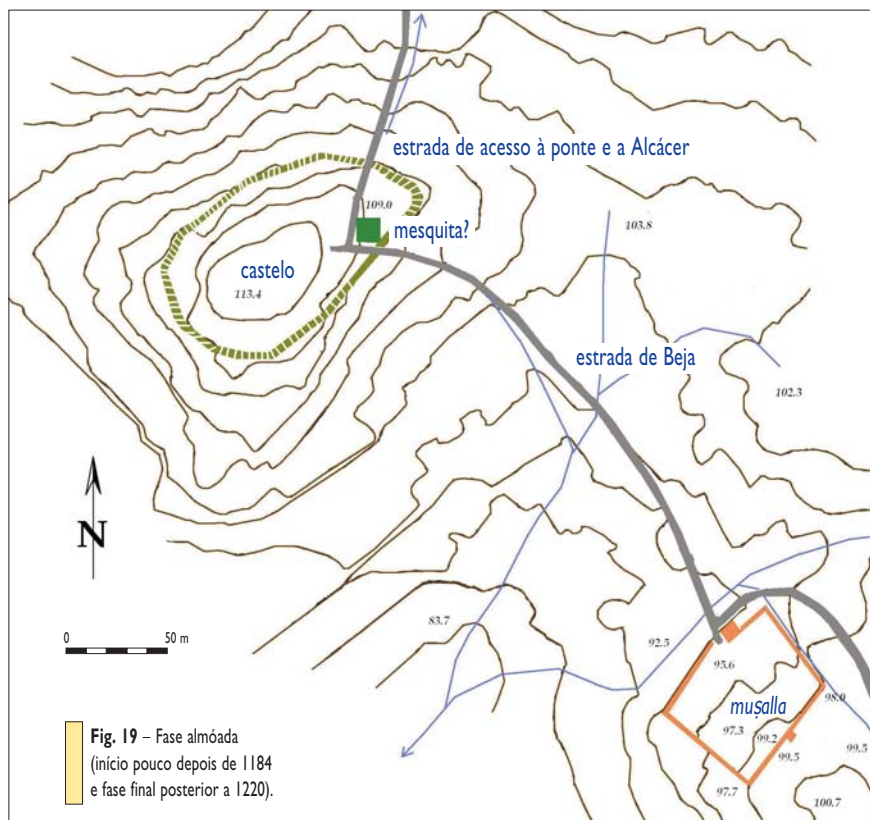


Fig. 19 – Fase almóada
(início pouco depois de 1184
e fase final posterior a 1220).

Como as fontes muito bem demonstram, é o soberano muçulmano que superintende as obras emblemáticas do seu regime.

Noutro exemplo mais tardio, desta vez referente ao início da construção da Alhambra em Granada, é *Ibn 'Idārī* que relata o seguinte ¹¹⁷: “[El emir] cabalgó desde Granada al lugar de la Alhambra, lo inspeccionó todo y marcó los cimientos del castillo (aşās al-ḥiṣn). Señaló en él quien los excavase y no acabó el año sin que éste tuviese unas elevadas

construcciones de defensa. Le llevó agua del río, levantando una presa y excavando una acequia exclusiva para ello”.

Que podemos nós concluir do que foi exposto neste trabalho?

Apesar de não podermos apresentar outro tipo de documentação arqueológica, nomeadamente cerâmicas, para além das estruturas actualmente visíveis, estamos convictos que estamos perante um edifício religioso muçulmano impar no *al-Andalus*.

Estamos cientes que a leitura proposta está condicionada aos dados actualmente disponíveis e que, naturalmente, se a investigação avançar neste âmbito, algumas das hipóteses formuladas nesta abordagem preliminar terão que ser revistas, mas é esse o caminho natural que todos os investigadores têm que trilhar.

Naturalmente, vai ser necessária uma intervenção arqueológica no interior do recinto para aferir a leitura exposta. Contudo, alertamos desde já para que as *muşalla*(s) são por natureza “mesquitas a céu aberto”, resumindo-se a espaços amplos, quase sempre vazios na maior parte do tempo, servindo de recinto festivo duas vezes por ano: final do Ramadão e começo do Ano Novo lunar. Também serviam em tempo de seca para solicitar chuva.

É provável que os vestígios arqueológicos de cronologia islâmica tenham pouca expressão, à semelhança do que se passa no amplo recinto da *muşalla* de Alcácer.

Apesar de, por uma questão de denominação técnica, apelidarmos este espaço de *muşalla*, admitimos que o recinto tenha servido de *ribāt*, para treinos militares e, eventualmente, num tipo menor de *māristān* / hospital ¹¹⁸.

¹¹⁷ BOLOIX GALLARDO 2007: 174.

¹¹⁸ FRANCO SÁNCHEZ 1999: 154.

Bibliografia

Fontes Árabes

Ibn 'Idārī Al-Marrākuṣī, segundo HUICI MIRANDA, Ambrosio, ed. e trad. (1953) – *Al-Bayān al-Mugrib fi ijtishār ajbār muluk al-Andalus wa al-Magrib*. Tetuan. Tomo I (“Los Almohades”).

Estudos

AGUILAR, Victoria (1997) – “Instituciones Militares: el ejército”. In VIGUERA MOLINS 1997a: 189-208.

ALI, Rasha (2002) – “The Epigraphic Program of Three Muwahhid City Gates in Morocco”. *EJOS*. V (8): 1-31.

ALVES, Francisco Carneiro e (1758) – “Vila do Torrão”. In *Memórias Paroquiais*.

ARCAS CAMPOY, Maria (2004) – *Teoría Jurídica de la Guerra Santa del Granadino Ibn Abi Zamanim*. CEMA. Em linha: <http://alyamah.com/cema/modules.php?name=News&file=article&sid=256> (consultado a 24-06-2004).

AZUAR RUIZ, Rafael, coord. (2004) – *El Ribāt Califal: excavaciones e investigaciones (1984-1992)*. Casa de Velázquez, pp. 7-72 (*Collection de la Casa de Velázquez*, 85).

BAZZANA, Andrés (1992) – *Maisons d'Al-Andalus: habitat médiéval et structures du peuplement dans l'Espagne orientale*. Casa de Velázquez. Tomo I (texto) e Tomo II (figuras).

BOLOIX GALLARDO, Bárbara, (2007) – *Muḥammad i y el Nacimiento del al-Andalus Nazari (1232-1273)*. *Primera estructura del Reino de*

Granada. Tese Doctoral. Universidade de Granada, Departamento de Estudos Semíticos (policopiado).

CABRITA, A. Catarina; CARVALHO, A. Rafael e GOMES, Fernando (2008) – “Contributo para o Estudo das Cerâmicas Medievais-Modernas do Torrão: o Largo Bernardim Ribeiro”. *Colecção Digital - Elementos para a História do Município de Alcácer do Sal*. N.º 2 (II Parte), pp. 12-31. Em Linha: <http://www.cm-alcacerdosal.pt/PT/Actualidade/Publicacoes/Paginas/EstudosdoGabineteArqueologia.aspx>.

CALVO CAPILLA, Susana (2004) – “Las Mezquitas de Pequeñas Ciudades y Núcleos Rurales de al-Andalus”. *Ilhu - Revista de Ciencias de las Religiones*. Anejos. 10: 39-63.

- CARMONA GONZÁLEZ, Alfonso (1997) – “La Frontera: doctrina islámica e instituciones nazaries”. In *Actas del Congreso “La Frontera Oriental Nazarí como Sujeto Histórico (S. XIII-XIV)”*, pp. 47-57.
- CARVALHO, A. Rafael (2005a) – “Alcácer do Sal Entre 1191 e 1217 (II parte): o papel do Hisn Turrus / Castelo do Torrão, no sistema defensivo alcacerense”. *Neptuno*. ADPA. 5: 5-7. Versão digital (2006) – *O Papel do Hisn Turrus / Castelo do Torrão, no Sistema Defensivo Alcacerense*. Blogue *O Sahil de al-Qasr*. Em linha: <http://alcacer-islamica.blogspot.com> (consultado em 05-09-2007).
- CARVALHO, A. Rafael (2005b) – “Alcácer do Sal Entre 1191 e 1217: os dias em que *al-Qasr al-Fath* foi sede do império Almóada”. *Neptuno*. ADPA. 6: 12-13.
- CARVALHO, A. Rafael (2005c) – “Alcácer do Sal Entre 1191 e 1217 (I parte)”. *Neptuno*. ADPA. 3.
- CARVALHO, A. Rafael (2006a) – *A Identificação de um Ribat / Musalla na Vila do Torrão / Alcácer do Sal. I parte (e II parte)*. Em linha: <http://arqueo-alcacer.blogspot.com> (consultado em 08-06-2007. Anulado, para dar lugar a presente estudo).
- CARVALHO, A. Rafael (2006b) – “A Representação Iconográfica do Senhor dos Mártires e Alcácer do Sal no Século XIII”. *Neptuno*. ADPA. 8: 6-9.
- CARVALHO, A. Rafael (2006c) – “O Santuário do Senhor dos Mártires em Contexto Islâmico: alguns elementos para o seu estudo”. *Neptuno*. ADPA. 7: 4-6.
- CARVALHO, A. Rafael (2007a) – “A Torre Medieval de Santa Catarina de Sítimos: elementos para o estudo do sistema defensivo de Alcácer do Sal em contexto almóada”. *Al-Madan Online / Adenda Electrónica*. 1ª Série. 15: XII.
- CARVALHO, A. Rafael (2007b) – “AL QASR: a Alcácer do Sal islâmica”. In *Roteiro – Cripta Arqueológica do Castelo de Alcácer do Sal*. Lisboa: IGESPAR, pp. 43-56.
- CARVALHO, A. Rafael (2007c) – “Alcácer: Alcácer do Sal medieval e cristã”. In *Roteiro – Cripta Arqueológica do Castelo de Alcácer do Sal*. Lisboa: IGESPAR, pp. 57-68.
- CARVALHO, A. Rafael (2008a) – “Alcácer do Sal no Final do Período Islâmico (séculos XII-XIII): novos elementos sobre a 1ª conquista portuguesa”. *Colecção Digital - Elementos para a História do Município de Alcácer do Sal*. 1. Em Linha: <http://www.cm-alcacerdosal.pt/PT/Actualidade/Publicacoes/Paginas/EstudosdoGabineteArqueologia.aspx>.
- CARVALHO, A. Rafael (2008b) – “Torrão do Alentejo: breve resenha histórica sobre romanização e islamização”. *Colecção Digital - Elementos para a História do Município de Alcácer do Sal*. 2 (I Parte), pp. 8-50. Em linha: <http://www.cm-alcacerdosal.pt/PT/Actualidade/Publicacoes/Paginas/EstudosdoGabineteArqueologia.aspx>.
- CARVALHO, A. Rafael (2008c) – *O Torrão em Contexto Islâmico: uma breve introdução*. Blogue *O Sahil de al-Qasr*. Em linha: <http://alcacer-islamica.blogspot.com> (consultado em 20-08-2008).
- CARVALHO, A. Rafael (2008d) – *As Musallas (Sari’a) de al-Qasr / Alcácer e Turrus / Torrão: uma primeira abordagem à «geografia sagrada tardo-islâmica» no alentejo litoral*. Blogue *O Sahil de al-Qasr*. Em linha: <http://alcacer-islamica.blogspot.com> (consultado em 05-09-2008).
- CARVALHO, A. Rafael (2008e) – “A *Musalla* do *Hisn Turrus* / Torrão: uma leitura arquitectónica”. *Colecção Digital - Elementos para a História do Município de Alcácer do Sal*. 3. Em linha: <http://www.cm-alcacerdosal.pt/PT/Actualidade/Publicacoes/Paginas/EstudosdoGabineteArqueologia.aspx>.
- CARVALHO, A. Rafael; FARIA, João Carlos e FERREIRA, Marisol Aires (2004) – *Alcácer do Sal Islâmica: Arqueologia e História de uma medina do Garb al-Andalus (séculos VIII-XIII)*. Lisboa: C. M. Alcácer do Sal / IPM.
- CASTRILLO MÁRQUEZ, Rafaela (1997) – “Instituciones Políticas”. In VIGUERA MOLINS 1997a: 129-145.
- CHORÃO, Maria José M. Bigotte (2000) – “Conventos”. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Volume C-I, pp. 19-25.
- COSTA, P. António Carvalho da (1708) – *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*. Tomo segundo, Capitulo VI, “Da Villa do Torrão”, pp. 484-486.
- CRESSIER, Patrice (2004) – “De un *Ribât* a Otro: uma hipótese sobre los *ribât-s* del Magrib *al-Aqshá* (siglo IX-inicios del siglo XI)”. In AZUAR RUIZ 2004: 203-221.
- FARIA, João Carlos (2002) – *Alcácer do Sal ao Tempo dos Romanos*. Lisboa: Ed. Colibri / C. M. Alcácer do Sal.
- FELIPE, Helena de (1997) – “Componentes de la Población. Categorías. La familia”. In VIGUERA MOLINS 1997a: 343-381.
- FERNANDES, Hermenegildo (2000) – *Entre Mouros e Cristãos: a sociedade de fronteira no Sudoeste peninsular interior (séculos XII-XIII)*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).
- FERNANDES, Hermenegildo (2005) – “Quando o Além-Tejo Era «Fronteira»: Coruche, da militarização à territorialização”. In *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*. Lisboa: Ed. Colibri / C. M. Alcácer do Sal, pp. 451-483 (*Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*).
- FIERRO, Maribel (1997) – “La Religión”. In VIGUERA MOLINS 1997a: 437-546.
- FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da (1988) – “Crónica da Conquista do Algarve”. *Boletim de Trabalhos Históricos*. Arquivo Alfredo Pimenta. 39: 81-109.
- FRANCO SÁNCHEZ, Francisco (1997) – “La Frontera Alternativa: vías y enfrentamientos islamo-cristianos en la mancha oriental y en Murcia”. In *Actas del Congreso “La Frontera Oriental Nazarí como Sujeto Histórico (S. XIII-XIV)”*, pp. 237-251.
- FRANCO SÁNCHEZ, Francisco (1999) – “La Asistencia al Enfermo en al-Andalus: los hospitales hispanomusulmanes”. In *La Medicina en al-Andalus*, pp. 135-171.
- GARCÍA FITZ, Francisco (2005) – *Las Navas de Tolosa*. Barcelona: Editorial Ariel.
- GEORGE CARDOSO (1666) – *Agiologio Lysitano dos Sanctos e Varoens Illvstres em Virtude do Reino de Portugal e suas Conquistas consagrado aos Gloriosos S. Vicente e S. António*. Tomo III.
- GOMES, Rosa Varela (1999) – *Silves (Xelb): uma cidade do Gharb Al-Andalus. Arqueologia e História (séculos VIII-XIII)*. Dissertação de Doutoramento em História – Especialidade de Arqueologia, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 5 Volumes (policopiado).
- GOMES, Rosa Varela e GOMES, Mário Varela, (2007a) – “Ambiente Natural e Complexo Edificado”. In *Ribât da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*. Aljezur, pp. 51-64.
- GOMES, Rosa Varela e GOMES, Mário Varela, (2007b) – “Quotidiano, Religião e Guerra Santa”. In *Ribât da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*. Aljezur, pp. 65-81.
- GUTIÉRREZ LLORET, Sonia (2004) – “El *Ribât* Antes del *Ribât*: el contexto material y social del *ribât* antiguo”. In AZUAR RUIZ 2004: 73-87.
- HENRIQUES, António Castro (2003) – *A Conquista do Algarve (1189-1249)*. Lisboa: Tribuna da História.
- HUICI MIRANDA, Ambrosio (1945) – “Los Almohades en Portugal”. In *Anais da Academia Portuguesa de História*. Vol. V, pp. 11-74.
- HUICI MIRANDA, Ambrosio (1956) – *Historia Política del Imperio Almohade*. Tetuan. Primera Parte.
- HUICI MIRANDA, Ambrosio (1957) – *Historia Política del Imperio Almohade*. Tetuan. Segunda Parte.
- HUICI MIRANDA, Ambrosio, ed. e trad. (1953) – *Al-Bayân al-Mugrib fi ijtisâr ajbâr muluk al-Andalus wa al-Magrib*. Tetuan. Tomo I (“Los Almohades”).
- INSOLL, Timothy (1999) – *The Archaeology of Islam*. Oxford.
- JUEZ JUARROS, Francisco (1999) – *Símbolos de Poder en la Arquitectura de al-Andalus*. Tese de Doutoramento, apresentada à Universidade Complutense de Madrid. 3 vol. (policopiado).
- KENNEDY, H. (1999) – *Os Muçulmanos na Península Ibérica: história política do al-Andalus*. Lisboa.
- KHAWLI, A. (1997) – “La Famille des *Banu Wazir* dans le *Garb d'al-Andalus* aux XII et XIII

- Siècles". *Arqueologia Medieval*. Porto. 5: 103-115.
- KHAWLI, A. (2001) – "Le Garb d'al-Andalus à l'Époque des Secondes Taifas (539-552/1144-1157)". *Arqueologia Medieval*. Porto. 7: 23-35 (*Actas do Colóquio "Lisboa: Encruzilhada de Cristãos, Judeus e Muçulmanos"*, 1997).
- LEAL, Pinho (1880) – "Torrão". In *Portugal Antigo e Moderno*. Volume Nono, pp. 595-598.
- LEWIS, Bernard (2001) – *A Linguagem Política do Islão*. Lisboa: Ed. Colibri.
- MANZANO RODRÍGUEZ, Miguel Ángel (1992) – *La Intervención de los Benimerines en la Península Ibérica*. Madrid: Ed. CSIC.
- MARÍN, Manuela (1997) – "La Vida Cotidiana". In VIGUERA MOLINS 1997a: 385-433.
- MARÍN, Manuela (2004) – "La Práctica del Ribāt en al-Andalus (ss. III-V/IX-XI)". In AZUAR RUIZ 2004: 192-201.
- MARTÍNEZ ENAMORADO, Virgílio (1998) – "La Terminología Castral en el Territorio de Ibn Hafṣūn". In *Actas do I Congreso Internacional Fortificaciones en al-Andalus*, 1996. Algeciras, pp. 33-78.
- MARTÍNEZ SALVADOR, Carmen (2004) – "Sobre la Entidad de la Rābīta Andalusī Omeya. Una cuestión de terminología: ribāt, rābīta y zāwīya". In AZUAR RUIZ 2004: 173-189.
- MATTOSO, José (2007) – *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Círculo dos Leitores / Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (*Col. Temas e Debates*).
- MAZZOLI-GUINARD, Christine (2000) – *Ciudades de al-Andalus: España y Portugal en época musulmana (s. VIII-XV)*. Ed. Almed.
- MOLINA LÓPEZ, Emilio (1997) – "Economía, Propiedad, Impuestos y Sectores Productivos". In VIGUERA MOLINS 1997a: 213-300.
- MOLINA MARTÍNEZ, Luis (1997) – "Instituciones Administrativas: vizires y secretarios". In VIGUERA MOLINS 1997a: 149-167.
- OLIVEIRA, Luís Filipe (2006) – "Caminhos da Terra e do Mar no Algarve Medieval". In *Actas do Encontro "As Vias do Algarve"*. S. Brás de Alportel, pp. 22-28.
- PADILLA, Lorenzo (2006) – "El Ribat: institución espiritual y militar". *Arqueología Medieval*. Com. Em linha: <http://www.arqueologiamedieval.com/articulos/articulos.asp?id=75> (consultado a 30-03-2006).
- PAIXÃO, A. Cavaleiro e CARVALHO, A. Rafael (2001) – "Cerâmicas Almôadas de al-Qasr al-Fath". In *Actas do Encontro sobre Cerâmicas Muçulmanas do Garb al-Andalus*. Lisboa: IPPAR / Junta de Extremadura, pp. 198-229.
- PAIXÃO, A. Cavaleiro; FARIA, J. Carlos e CARVALHO, A. Rafael (1994) – "O Castelo de Alcácer do Sal: um projecto de arqueologia urbana". In *Actas do II Encontro de Arqueologia Urbana*. Braga, pp. 215-264.
- PAIXÃO, A. Cavaleiro; FARIA, J. Carlos e CARVALHO, A. Rafael (2001) – "Contributo para o Estudo da Ocupação Muçulmana no Castelo de Alcácer do Sal: o Convento de Aracoelli". *Arqueologia Medieval*. Porto. 7: 197-209 (*Actas do Colóquio "Lisboa: Encruzilhada de Cristãos, Judeus e Muçulmanos"*, 1997).
- PAIXÃO, A. Cavaleiro; FARIA, J. Carlos e CARVALHO, A. Rafael (2002) – "Aspectos da Presença Almôada em Alcácer (Portugal)". In *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa: Ed. Colibri / C. M. Palmela, pp. 369-383 (*Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, Palmela*).
- PEREIRA, M. T. Lopes (1996) – "Memórias Cruzadísticas do Feito da Tomada de Alcácer (1217) (com base no Carmen de Gosuino)". In *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*. Vol. 2, pp. 319-358.
- PEREIRA, Manuela (2004) – "Montemor/o/Novo – castelo". In *Levantado do Chão*. Montemor-o-Novo: C. M. Montemor-o-Novo.
- PÉREZ ALVAREZ, M. Ángeles (1992) – *Fuentes Árabes de Extremadura*. Ed. Universidad de Extremadura.
- PICARD, C. (2000) – *Portugal Musulman (VIII-XIII siècles): l'occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris.
- RIUS, Mònica (2000) – *La Alquibla en al-Andalus y al-Magrib al-Aqṣā*. Barcelona.
- RIUS, Mònica (2004) – "La Alquibla de las Mezquitas en al-Andalus: el caso de Guardamar". In AZUAR RUIZ 2004: 147-152.
- RODRÍGUEZ MEDIANO, Fernando (1997) – "Instituciones Judiciales: cadíes y otras magistraturas". In VIGUERA MOLINS 1997a: 171-186.
- ROLDÁN CASTRO, Fátima (2004) – "El Paisaje Andalusí: realidad histórica y construcción cultural". In *Paisaje y Naturaleza en Al-Andalus*, pp. 19-65.
- SALAMECH, Ibrahim M. O. (2001) – *Bāb al-Šarī'a*. In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Braga. Vol. 7, pp. 319-346.
- SIDARUS, A. (1996) – "Novas Perspectivas Sobre o Garb al-Andalus no Tempo de D. Afonso Henriques". In *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*. Vol. 2, pp. 247-270.
- SIDARUS, A. e REI, A. (2001) – "Lisboa e o seu Termo Segundo os Geógrafos Árabes". *Arqueologia Medieval*. Porto. 7: 37-72 (*Actas do Colóquio "Lisboa: Encruzilhada de Cristãos, Judeus e Muçulmanos"*, 1997).
- SILVA, C. Tavares da e SOARES, Joaquina (1986) – "Intervenção Arqueológica na Vila do Torrão". In *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985)*, pp. 103-114.
- VALERIAN, D. (2003) – *Frontières et Territoire dans le Maghreb de la Fin du Moyen Age: les marches occidentales du sultanat hafside*. Em linha: www.irmcmaghreb.org (consultado em 2005).
- VEGA MARTÍN, M. e PEÑA MARTÍN, S. (2003) – "El Hallazgo de Monedas Almohades de Prieo de Córdoba: aspectos ideológicos". *Antiquitas*. 15: 73-78.
- VENTURA, Leontina (2006) – *D. Afonso III*. Lisboa: Círculo dos Leitores / Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (*Col. Temas e Debates*).
- VIGUERA MOLINS, M. J. (1992) – *Los Reinos Taifas y las Invasiones Magrebies*. Col. MAPFRE.
- VIGUERA MOLINS, M. J. (1995) – "De las Taifas al Reino de Granada: al-Andalus (siglos XI-XV)". *Historia*. 16.
- VIGUERA MOLINS, M. J., coord. (1997a) – "El Retroceso Territorial de al-Andalus. Almorávides y Almohades. Siglos XI al XIII". In MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (dir.). *Historia de España*. Vol. VIII/2*. Madrid: Espasa Calpe.
- VIGUERA MOLINS, M. J. (1997b) – "Historia Política". In VIGUERA MOLINS 1997a: 41-123.
- VIGUERA MOLINS, M. J. (1997c) – "Historiografía". In VIGUERA MOLINS 1997a: 3-37.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos (2005) – *D. Afonso II*. Lisboa: Círculo dos Leitores / Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (*Col. Temas e Debates*).

Documentário televisivo sobre a muṣalla

RTP 2, Programa *A Fé dos Homens*, no espaço da responsabilidade da Comunidade Islâmica de Portugal.

Colaboração do Município de Alcácer do Sal, Gabinete de Arqueologia. Setembro de 2008, emitido durante o Mês do Ramadão. Em linha: http://tv1.rtp.pt/multimedia/index.php?pagURL=arquivo&tvprog=1115&idpod=17609&formato=flv&pag=arquivo&pagina=0&data_inicio=&data_fim=&prog=1115&quantos=10&escolha.

PUBLICIDADE

AGENDA ONLINE

toda a informação...

... à distância de alguns toques

al-madan online

disponível em <http://www.almadan.publ.pt>